

PONTIFICA UNIVERSIDADE CATOLICA DE CAMPINAS

CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

FACULDADE DE EDUCACAO FISICA

ANDRÉ PAULO DA SILVA MENDES

**“ANÁLISE SUBJETIVA DOS PROFESSORES
DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A INCLUSÃO
DE ALUNOS COM DEFICIENCIA
NO AMBIENTE ESCOLAR”.**

PUC- CAMPINAS

2013

ANDRÉ PAULO DA SILVA MENDES

**“ANÁLISE SUBJETIVA DOS PROFESSORES
DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A INCLUSÃO
DE ALUNOS COM DEFICIENCIA
NO AMBIENTE ESCOLAR”.**

Trabalho apresentado na disciplina de conclusão de curso, da Faculdade de Educação Física do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Istvan Dobranszk

PUC- CAMPINAS

2013

DEDICATÓRIA

Dedicado á BEATRIZ QUIRINO MENDES.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a “Deus”, pois tudo o que foi realizado até aqui é fruto de sua presença e carinho em meu coração.

Agradeço a minha esposa e amiga incondicional Rosana Mendes, que desde o início sempre me incentivou e me motivou nos momentos mais difíceis desta jornada.

Agradeço ao meu filho Samuel Mendes, pois durante muitas noites em claro, permaneceu ao meu lado, até que finalizássemos todas as tarefas e trabalhos.

Agradeço imensamente ao meu orientador e professor Dr. Istvan Dobranszk que não só me auxiliou, mas me proporcionou todo o suporte necessário para pesquisa e produção literária deste trabalho, sempre com muita dedicação e paciência.

Quero agradecer minha professora e co-orientadora Renata Costa de Toledo Russo, que me auxiliou em todos os momentos, e foi minha grande mentora para a produção deste trabalho.

Ao finalizar agradeço aos meus pais Pedro e Levina Mendes, meus irmãos Tiago e Fernando Mendes por me apoiarem, e aos meus grandes amigos que sempre me apoiaram e tiveram muita paciência e compreensão nos momentos mais difíceis para a realização deste grande e importante passo em minha vida, Guilherme Brandão, Bruno Vicente, Jessica Machado, Causa Marques e Bianca Dalaqua.

EPÍGRAFE

A inclusão acontece quando...

“Se aprende com as diferenças e não com as igualdades”

Paulo Freire

RESUMO

MENDES, André Paulo da Silva. *Análise subjetiva dos professores de educação física sobre a inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar de Campinas e região na ação efetiva de suas aulas*. Campinas, 2013. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas Sociais Aplicadas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2013.

Hoje a nossa falta de atitude para com as pessoas deficientes pode ser a nossa maior deficiência, e nos últimos anos, este pensamento vem nos mostrando o quanto precisamos nos empenhar cada vez mais se desenvolva uma cultura baseada na inclusão. O sucesso da proposta de inclusão decorre da adequação do processo escolar voltado para a diversidade dos alunos. O objetivo deste trabalho foi analisar de forma subjetiva os professores de educação física sobre a inclusão dos alunos com deficiência no ambiente escolar, sendo ela deficiência física ou intelectual nas aulas. O método utilizado foi à pesquisa de campo exploratória e descritiva, a partir de um questionário. Participaram do estudo cinco professores de educação física com larga experiência em pesquisa e/ou docência em escola, sendo quatro professores de Campinas, que foram divididos conforme suas regiões de atuação, e um professor de Hortolândia. Cada professor recebeu um questionário com sete perguntas abertas, que foram analisadas qualitativamente, considerando segundo referenciais teóricos desenvolvidos na pesquisa bibliográfica. Identificamos logo de início que a inclusão é uma prática de educação voltada para todos, mas para que isso aconteça é necessário que muitos paradigmas sejam transcendidos, é necessário que todos os professores compreendam esta realidade crescente nas aulas de educação física, e que a aptidão física e a cultura do movimento são abrangentes para todos. Também observamos que o conceito de capacitação é unânime para todos os professores e que se torna uma tarefa difícil e até mesmo improvável que se consiga atuar efetivamente com êxito durante as aulas, sem que haja cursos de extensão e especialização direcionados a compreensão das diferentes deficiências e seus principais sintomas e limitações e nas suas implicações durante o exercício físico e seus principais efeitos nas aulas. Muitas ações pedagógicas efetivas de aula não são realizadas não somente por falta de conhecimentos específicos e conceituais, mas também pela falta de estruturas físicas e humanas adequada aos deficientes, onde o procedimento de aula em si, se torna uma tarefa difícil tanto para professores quanto para os alunos. Assim deve-se refletir sobre nossas ações futuras no

processo de inclusão escolar são indispensáveis, nos tornando capacitados, atualizados rompendo os obstáculos e barreiras da indiferença. Concluiu-se que inúmeras pesquisas ainda podem ser desenvolvidas através do tema inclusão, principalmente com foco na ação efetiva nas aulas de educação física. Isto porque os participantes utilizaram uma retórica muito pontual, que denota a crescente necessidade de políticas públicas de melhorias nas estruturas físicas e humanas do ambiente escolar, como fatores relevantes para o êxito no processo de inclusão nas aulas de educação física. Por isso, há ainda um enorme campo a se pesquisar sobre o tema, e na medida em que ações públicas voltadas à área escolar se realizam, identificamos logo de início que a inclusão é uma prática de educação voltada para todos.

Palavra chave: inclusão, integração, escola e educação física.

LISTA DE ABREVIATURAS

EF - Educação Física.

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais.

ONU - Organizações das Nações Unidas.

UNESCO - Organização Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a infância.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

LDBs - Lei de Diretrizes e Bases.

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

PUC - Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

PAEFE - Projeto de Atuação em Educação Física Escolar.

CEESD - Centro de Educação Especial Síndrome de Down.

PC - Paralisia Cerebral.

DI - Deficiência Intelectual.

DF - Deficiência Física.

MMII - Membros Inferiores.

MMSS - Membros Superiores.

MEC - Ministério da Educação e Cultura.

SEESP - Secretaria de Educação Especial.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. CAPÍTULO 1. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO.....	12
2.1 Segregação, exclusão, integração e inclusão.	12
2.2 A Escola e suas deficiências.	19
2.3 A escola e o direito ao ensino especial no Brasil.	25
3. CAPÍTULO 2. A EDUCAÇÃO FÍSICA; INCLUSÃO E FORMAÇÃO	26
3.1 Da formação no ensino superior, para a educação física na escola.	26
3.2 Propostas no curso de graduação para a inclusão.....	29
3.3 Impactos da realidade da EF escolar.....	34
3.4 Sugestões de Brincadeiras e Atividades vivenciadas.	37
4. OBJETIVOS	42
4.1 Objetivo geral.	42
4.2 Objetivos específicos.	42
5. METODOLOGIA.....	43
5.1 População.....	43
5.2 Instrumentos.....	43
5.3 Procedimentos.	43
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
7. CONCLUSÃO	63
8. REFERÊNCIAS.....	66
9. ANEXOS.....	73
9.1 Termo de consentimento livre e esclarecido para participação na pesquisa.....	73
9.2 Questionário semi- estruturado.	75

1. INTRODUÇÃO

A nossa falta de atitude para com as pessoas com deficiência pode ser a nossa maior deficiência. Nos últimos anos este pensamento vem me mostrando o quanto precisamos nos empenhar cada vez mais e melhor, para todos os alunos e em especial aos que possuem alguma deficiência de forma geral, pois o sucesso da proposta de inclusão decorre da adequação do processo escolar voltado para a diversidade dos alunos, e quando a escola assume que as dificuldades experimentadas por alguns alunos são resultantes do modo como o ensino é ministrado e a aprendizagem é concebida, nos mostra que ensinar é de fato uma tarefa complexa, que exige dos professores novos conhecimentos. (GAIO, MENEGHETTI, 2004).

A inclusão escolar é pauta constante de discussão e estudos, mas a tarefa de incluir portadores de deficiência física em nossas aulas, não basta por si só, e necessário fazer a integração e socialização. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Na literatura analisada a integração significa acima de tudo oferecer oportunidades iguais, apesar das diferenças, e oportunidades que significam basicamente ter acesso ao mundo físico sem barreira. (AMARAL, 1994)

Hoje a inclusão questiona não somente as políticas de organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. MANTOAN (1999)

E como socialização, a escola como espaço inclusivo dá a nós professores a oportunidade de combinar inúmeros procedimentos para remover barreiras e promover a aprendizagem dos seus alunos. (CIDADE; FREITAS 2000)

E sobre a escola e seus aspectos temos que antes entender suas relações como instituição suas normas e estatutos que a regem ou as organizam, pois a escola é reconhecida na sociedade como uma instituição importantíssima

na formação do homem para o “ser”, atuando como cidadão que contribui ativamente e veemente para sua sociedade, através do conhecimento e seus desdobramentos, mas em nosso país as crianças só tem a escola como local principal para aquisição destes conhecimentos segundo Fama (2012).

E todos os alunos sem exceção devem frequentar às salas de aula do ensino regular, por isso ela implica em uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.(MANTOAN, 1999)

A Educação Física como disciplina curricular não pode ficar indiferente ou neutra deste movimento de Educação Especial ou Educação Inclusiva que vivemos hoje, mas como parte integrante do currículo oferecido pelas escolas a disciplina de Educação Física pode constituir-se como um ponto fundamental, podendo ser considerada tanto como um obstáculo adicional ou ponto de relevância extremamente positivo, para que o ambiente de trabalho do profissional de Educação Física se torne cada vez mais inclusivo. (ALVES 2005)

E participar de um processo deste tipo, é estar predisposto sobre tudo a considerar e respeitar as diferenças individuais, criando a possibilidade de aprender sobre si mesmo e sobre outro, em uma situação de diversidade de idéias sentimentos e ações que somadas, incluem, integram e socializam a todos. (CIDADE; FREITAS, 2000)

O objetivo deste trabalho foi analisar de forma subjetiva os professores de educação física de Campinas e região, sobre a inclusão dos alunos com deficiência no ambiente escolar, sendo ela física ou intelectual nas aulas.

2. CAPITULO 1. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO.

2.1 Segregação, exclusão, integração e inclusão.

Segundo Ribeiro (2002 citado por LOPES, 2012) pode-se dividir a história das pessoas com deficiência em quatro momentos: segregação, exclusão, integração e inclusão. Na Antiguidade Clássica, o fenômeno típico presente era o de segregação. Nesse período, o corpo e a força física eram muito valorizados já que era uma época de apreciação das guerras, não sendo admitidas as deficiências, onde as pessoas deficientes eram sacrificadas - infanticídios -, visto como procedimento habitual. Já no momento classificado como exclusão, na Idade Média, os deficientes ficavam encarcerados em calabouços, pois eram vistos, pela Igreja, como puros, filhos de Deus que necessitavam de cuidados especiais sendo privados do convívio social.

SILVA (1987 citado por GAIO, 2006) comenta que haviam leis no Império Romano que determinava que tanto as crianças que nasciam prematuras (antes do 7º mês de gestação) quanto as que nasciam com similaridade com animais, devido a malformações de membros, ou apresentavam mutilações, ou simplesmente nasciam sem algum membro, não tinham condições básicas para sobreviver e, portanto, seus direitos não deveriam ser garantidos. Então essas crianças eram eliminadas, ou abandonadas, e muitas vezes sobreviviam divertindo o povo romano em feiras e circos com suas deformidades:

Cegos, surdos, deficientes mentais, deficientes físicos e outros tipos de pessoas nascidas com malformações eram também de quando em quando ligados a casas comerciais, a tavernas, a bordéis, bem como a atividades dos circos romanos, para serviços simples e às vezes humilhantes, costume esse que foi adotado por muitos séculos na História da Humanidade. (GAIO 2006, p.73).

Mas com o Renascimento e o começo da sistematização da ciência, após a Idade Média, a educação e a medicina se desenvolveram permitindo o conhecimento da possibilidade de treinamento das pessoas com deficiência. O fato de deficientes passarem a receber atendimento, mesmo que restrito a ambientes especializados e muito voltados para a área médica, representou um grande avanço na conquista dos direitos dessas pessoas e foi partir desse momento, que elas tiveram direito à vida e a tratamento médico e/ou educacional.

A sistematização da educação especial começou com o médico Seguin, no século XVI. Seguin foi o primeiro profissional a criar uma escola especial. Nela, as pessoas deficientes eram atendidas por parte de médicos e pedagogos que acreditavam na capacidade de aprendizagem dos mesmos “[...] até então considerados ineducáveis” (MENDES, 2006, p. 387).

Para Mendes (2006) por volta do século XX, que surge nos países nórdicos, a idéia de integração, por meio de grupos que não concordavam com as condições impostas às pessoas com deficiências que eram excluídas, idéias estas que foram disseminadas para os Estados Unidos e Canadá. Os alunos que apresentavam dificuldades educacionais recebiam atendimento em classes especiais separadas, acreditando que seriam mais bem acolhidos.

Posteriormente, após à Segunda Guerra Mundial, foi elaborada no ano de 1948 na assembléia geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, garantindo o direito de igualdade a todos, não podendo existir nenhum tipo de discriminação por qualquer motivo, o que propiciou o debate sobre o processo de inclusão (MENDES, 2006).

Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação (ONU, 1948, Artigo VII).

Mas em 1945, com a volta dos mutilados de guerra, somados aos deficientes traumáticos e congênitos, verifica-se a necessidade de uma educação física, em especial dos esportes que pudessem atender essa nova demanda emergente.

Em 1947 foi desenvolvida a primeira Olimpíada Nacional de surdos no Rio de Janeiro, promovido pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos, e em 1958 os esportes para os deficientes físicos chegam ao Brasil no clube do Otimismo no Rio de Janeiro e em São Paulo no Clube do Paraplégico com o apoio de pais e amigos.

Para os deficientes mentais em 1962 no âmbito internacional, eles têm seu ponto inicial nos esportes, e no Brasil a partir de 1973 com o lema “O importante é participar” e aos deficientes visuais somente 1974 é que se tem o registro de uma Olimpíada no Brasil. (GAIO, 2006).

Mas havia um sistema de ensino paralelo ao geral para as pessoas deficientes, um sistema segregatório existente até a década de 1960/1970. Mas com a crise mundial do petróleo, surgiu uma reflexão quanto à idéia de integração visando à economia gerada aos cofres públicos, unindo interesses políticos e sociais.

Ainda o mesmo autor narra esta idéia que foi adotada em alguns países e aos poucos foram sendo estabelecidas legislações reforçando a obrigação do governo em oferecer educação às pessoas com deficiências em escolas comuns e de acordo com Mendes (2006), em 1977, foi implantada, nos Estados Unidos, uma lei assegurando ensino público adequado a todos os jovens com deficiências, processo chamado *mainstreaming*.

Traduzido como integração no Brasil, o *mainstreaming* tinha como fundamentos: a primazia pelo ensino não restritivo, a oferta coerente do ensino especial e regular, e o convívio com outros grupos da sociedade. A partir de 1970, as crianças com deficiências passaram a ser aceitas nas escolas regulares em turmas comuns ou especiais.

A integração foi idealizada como uma metodologia de diversas fases, dependendo do grau de independência da pessoa, ela ia para a escola especial ou para a classe especial na escola regular ou, por fim, para a classe regular de uma escola regular. Essa prática, aparentemente inclusiva, gerava segregações, por exemplo, na escola, com a falta de adaptações físicas e de formação de professores para a mediação com pessoas que não ouviam, não enxergavam, não andavam etc. Na verdade, a pessoa com deficiência deveria ela mesma, preparar as adaptações necessárias para se manter na vida em sociedade e, claro, na escola também. (MENDES, 2006)

O manifesto da inclusão nas escolas nasceu nos EUA e se propagou, durante a década de 1990, para outros países. E em 1990, foi realizada a Conferência Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, em Jomtien, Tailândia, promovida pelo Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Participaram educadores de diversos países do mundo, sendo nessa ocasião aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. (MENDES, 2006).

Essa declaração objetivava um ensino de qualidade ao aluno conforme suas especificidades, defendendo a sua participação ativa na sociedade. Na inclusão, portanto, o sistema de ensino deveria oferecer elementos apropriados ao atendimento das diversidades de todos os alunos e das especificidades de cada aluno.

Em junho de 1994, em Salamanca, Espanha, ocorreu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, que resultou na Declaração de Salamanca, um dos documentos mais significativos tendo em vista a inclusão, que assim como a Declaração dos Direitos Humanos e a Conferência Mundial de Educação para Todos, reafirma o direito de todos à educação, fornecendo princípios fundamentais para a criação e melhoria de políticas de ensino visando à inclusão.

A declaração reforça a inclusão das pessoas com necessidades especiais e/ou super dotação no sistema regular de ensino, respeitando a singularidade de cada um e devendo a escola se adaptar, incluindo seu currículo, de forma a atender as necessidades do aluno. Aos membros do governo foi solicitado que forneçam apoio através de políticas públicas e financeiras garantindo sistemas educacionais realmente inclusivos.

Para Mendes (2006) no contexto mundial, o princípio da inclusão passa então a ser defendido como uma proposta da aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominado inclusão social, que implicaria a construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos, construindo uma sociedade democrática nas quais todos conquistariam sua cidadania, na qual a diversidade seria respeitada e haveria aceitação e reconhecimento político das diferenças.

De acordo com Gaio e Meneguetti (2004) a inclusão social de pessoas com deficiência se constitui num grande desafio para professores, entidades e a sociedade de um modo geral, pois, mesmo havendo leis que nos dão garantia jurídica, percebemos de maneira abrangente e inequívoca certa que há um desconforto em lidar com essa situação.

E para Gaio e Meneguetti (2004) por outro lado, ainda trata-se de um longo percurso trilhado no Brasil, pelas pessoas com deficiência para atingirem a inclusão escolar e social, também aborda a legislação, fazendo reflexões sobre o discurso assistencialista que o envolve, e sobre as dificuldades que continuam na construção e consolidação da cidadania dos deficientes, sendo eles parte integrante da sociedade na qual estão inseridos.

Por isso essa reviravolta exige um âmbito institucional, a extinção das categorias e das oposições excludentes. Há a necessidade de buscar articulação, flexibilidade, interdependência entre as partes que se conflitavam nos nossos pensamentos, ações e sentimentos. Essas atitudes diferem muito das que são típicas das escolas tradicionais em que ainda atuamos e em que fomos formados para ensinar, pois se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente

que seus planos se redefinam para uma educação voltada para cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças assim como comenta Mantoan (2006). Para isso, precisamos demonstrar a diferença entre inclusão e integração embora os termos tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes.

O termo integração refere-se mais especificamente a inserção das pessoas com deficiências nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes. Este processo ocorre para que o aluno se sinta totalmente integrado podendo transitar livremente dentro do sistema escolar, mas sabemos que em situações de integração escolar nem todos os alunos com deficiências cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos a inserção. (MANTOAM, 2006)

A inclusão para Mantoan (1999) questiona não somente as políticas de organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos sem exceção devem frequentar às salas de aula do ensino regular, por isso ela implica em uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos, pois todos sabem que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vem do ensino especial, mas que possivelmente acabaram neles por conta da inexperiência e falta de capacitação das estruturas de ensino e seus profissionais.

A exclusão manifesta-se das diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância das pessoas diante dos padrões científicos do saber, e desta forma, se formam novos grupos sociais que se

sentem excluídos, e nossa tarefa é demonstrar que não estão excluídas aos novos conhecimentos.

Para Mantoan (2006) muitas escolas não criam possibilidades de diálogos entre diferentes estâncias epistemológicas, e muito menos se abre para novos conhecimentos que, até então não couberam nelas.

Ora vê-se exclusão; ora descaso. Na área educacional, não há circunstâncias que não seja emergente, pois as relações educativas são perspectivas que muitas vezes andam na contramão do individualismo, da seletividade e da reprodução de papéis sociais configurados na divisão social e que muitas vezes ocorre involuntariamente. No entanto, existe a possibilidade da instigação da autonomia, da participação e da cooperação entre os envolvidos, o que já nos impulsiona a deflagrar já, um processo de transformação (GORLA, 2008).

Gorla (2008) concorda com Boneti (2000 citado por GORLA, 2008) que a exclusão escolar ainda pode se dar pela desconsideração das histórias de vida de cada indivíduo que constitui a comunidade escolar, pois durante anos muitos alunos foram agrupados por não estarem dentro dos padrões da maioria e por não satisfazerem os perfis almejados no projeto político econômico e social de forma automática.

Para buscar essa igualdade de oportunidades, a pessoa com deficiência tem que enfrentar, no seu cotidiano, o mundo físico e as outras pessoas. O mundo físico, este criado pelo homem, para o homem "dito normal", é o ambiente e suas barreiras. As outras pessoas são as que com seus costumes, valores, atitudes e expectativas sociais excluem por preconceito, desconhecimento ou desvalorização a pessoa com deficiência do convívio e dos benefícios que a sociedade oferece. (GAIO, 2006 p.17).

2.2 A Escola e suas deficiências.

Ao começarmos a falar sobre a escola e seus aspectos temos que antes entender suas relações como instituição suas normas e estatutos que a regem ou as organizam, pois a escola é reconhecida nas sociedades que intitulas letradas como uma instituição importantíssima na formação do homem para o “ser”, cidadão que contribui ativamente e veemente para sua sociedade, através do conhecimento da escrita e seus desdobramentos, mas em nosso país as crianças só têm a escola como local principal para aquisição destes conhecimentos segundo Fama (2012).

Um personagem importante para época e que colaborou muito para a instrumentalização, ampliação e valorização da educação em todos os aspectos, principalmente para a educação física, foi Rui Barbosa. Ele justificou que tal instrução, preparando o indivíduo para o trabalho, traria também a ele, benefícios individuais. A instrução popular é tomada como tarefa urgente a ser assumido pelo poder público, o que parece nesse início da década de 1880, o autor não se contrapunha à monarquia, ainda que se apresentasse já como abolicionista. (PEREIRA, 2012).

Para este autor, o sentido de debelar a ignorância do Brasil pode ser apontado como antecipação de um novo sistema no qual a cidadania inevitavelmente estaria fadada a ser o elemento fundador, por isso o Estado que relegava a educação popular, sem dar a formação do povo sua devida prioridade.

Para Rui Barbosa a instrução sem custo, de qualidade, e a todos, era algo extremamente necessário, e em seu entender, uma própria trilha da civilização, tal como esta se teria constituído pelo exemplo dos povos europeus da época, e este foi o primeiro relato da Educação talvez o primeiro grande diagnóstico da situação real do ensino no país na época segundo Pereira (2012).

E para Darido (2001) e Moreira (1998), o sistema escolar brasileiro seria o conjunto de escolas localizadas em território brasileiro, de diferentes níveis, públicas e particulares, leigas ou confessionais, vinculadas à cultura brasileira, que utilizam a língua nacional, funcionam sob a égide das diretrizes

constitucionais e leis nacionais e internacionalmente visam alcançar objetivos estatuidos para a nação brasileira.

Para Darido (2001) a educação física escolar passou por diversos períodos e influencias epistemológica, desde área médica com ênfase na higiene, saúde com interesses militares, do nacionalismo centrado nos movimentos da ginástica européia com Ling, Janh e logo depois na escola francesa, o método francês visava o desenvolvimento harmônico do corpo tentando assim modelar um homem obediente e submisso que respeitasse as autoridades.

Na década de 70, o militarismo apoiou a educação física visando ter um exército composto por uma juventude forte e saudável, fortalecendo um conteúdo esportivo, eficiência e produtividade. Já na década de 80 surgiu o esporte de alto rendimento um modelo que passou a ser criticado, mas com novas formas de se pensar, os conteúdos, suas dimensões também foram se modificando.

A Psicomotricidade visava garantir a formação integral do aluno, e critica a perspectiva esportiva dizendo que o modelo é centrado no rendimento do aluno como pessoa. Em sequência a abordagem Construtivista, voltado para uma construção do conhecimento sujeito com o mundo em um processo ao longo de sua vida e dentro desse contexto a uma preocupação em resgatar a cultura de jogos e brincadeiras dos alunos com um processo de ensino aprendizagem. O modelo desenvolvimentista mostra a importância das habilidades motoras básicas, e a Saúde renovada onde a prática da educação física é vivenciada na infância e adolescência com importância no desenvolvimento de atitudes, habilidades e hábitos que podem auxiliar fisicamente o adulto com promoção na saúde, essa proposta ressalta conceitos relacionados à aptidão física e saúde. (DARIDO, 2001)

Quando falamos em sistema educacional escolar temos a LDB promulgada em LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961, a LDB tem como função principal disciplinar a educação escolar, ou seja, organizar o sistema escolar brasileiro, o Brasil já teve três LDBs: em 1961, em 1971 e a atual, promulgada em 1996. Mas é a atual LDB (Lei 9.394/96) é que trouxe consigo uma

série de mudanças: mudança da estrutura didática, autonomia dada às escolas e aos sistemas de ensino federal, estaduais, municipais e privados, e o enfoque dado à formação do cidadão.

A principal inovação trazida pela atual LDB foi a sua divisão em dois níveis de ensino: Educação Básica e Ensino Superior onde a Educação Básica é formada por: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e tem como objetivo o desenvolvimento do aluno, sua preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o mercado de trabalho. A criação da Educação Básica teve ainda como objetivo fazer com que as pessoas passassem mais tempo frequentando os bancos escolares, existem ainda,

Na atual LDB, outras modalidades de ensino como a Educação de Jovens e Adultos, ou seja, pessoas que não conseguiram completar os ensinos Fundamental e Médio na idade ideal, e Educação Profissional que complementa a formação básica do aluno e a Educação Especial no art. 4º, inciso III propõe o atendimento educacional especializado gratuito ao educando com deficiência física, preferencialmente na rede regular de ensino. E prevê pela primeira vez, a existência de serviços de apoio especializados, na escola regular como prevê o art. 58 §1º, abrindo desta forma espaço para o atendimento em escolas e serviços especializados, quando não for possível a integração em classe comum, o que evidencia a oferta de educação especial como dever do Estado na faixa etária de zero a seis anos como prevê as mudanças que ocorrem na educação infantil, que destaca o art. 58, §3º.

A LDB foi consolidada sob os aspectos legais da nossa constituinte de 1988 com base no artigo 205 que diz que.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO 1988).

E no artigo 206 nos orienta que, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; ao pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; á gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; e valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas, com gestão democrática do ensino público, na forma da lei, e principalmente na garantia de padrão de qualidade (CONSTITUIÇÃO 1988).

Contudo, a nossa Constituição traz para nós uma marca, o movimento de descentralização, no qual esse processo redimensiona as competências entre a federação, estados e municípios, o que de certa forma afasta o governo federal, e a partir desse momento ela fortalece o município, que neste mesmo âmbito gera a criação de conselhos Municipais de ensino. Tendo como contexto de mobilização e participação social, com base no artigo 206 já citado, mas com relação com a educação especial a constituinte continua a priorizar o atendimento do aluno com deficiência no ensino regular e de certa forma admitindo que as instituições particulares e ONGs, onde vemos um forte aparecimento de instituições privadas de ensino assegurando o artigo 203 inciso III e IV que diz que a assistência social será prestada a quem dela necessitar.

Independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: a promoção da integração ao mercado de trabalho e a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. Onde cria movimentos da própria sociedade onde acaba por prevalecer às estratégias de conciliação, que com o apoio de associações e profissionais da área é aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente tido como ECA, ou lei 8069/90 que substitui o Código de menores, garantindo os direitos das crianças e dos adolescentes, e para a criação deste dispositivo de lei foi necessário a criação de Conselhos dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis federais, estaduais e municipais com ampla participação popular como afirma GAIO (2004).

Quando falamos sobre áreas da atuação da educação não devemos deixar de mencionar os PCNs e suas relevâncias, pois os Parâmetros Curriculares Nacionais, ou PCNs, formam um conjunto de referências que têm como objetivo a organização dos conteúdos curriculares em âmbito nacional e orientar o professor no processo de formação do aluno os PCNs são inspirados no modelo espanhol de currículo nacional de ensino e no início da década de 1990, foram organizados durante o Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), que coloca o modelo espanhol elaborado por César Coll e outros especialistas, a uma comissão eleita pelo próprio governo para assim, em 1997, serem publicados os documentos referentes aos 1º e 2º ciclos.

No ano seguinte, os referentes aos 3º e 4º ciclos, incluindo a Educação Física, com relação aos Temas Transversais, propostos pelos PCNs, têm-se uma sugestão de temas que podem ser abordados por todos os professores de maneira contextualizada com os conteúdos de ensino independente da disciplina, propiciando a interdisciplinaridade, a proposta defende a inserção de temas de relevância social, mas não sendo disciplina, mas para DARIDO (2001), ela ressalta a relevância da articulação entre o aprender a fazer, a saber, por que está fazendo e como relacionar-se neste fazer. O professor, então, passa a ser um orientador da aprendizagem; o aluno um produtor de conhecimento; o conteúdo, conhecimentos contextualizados com a realidade dos alunos, incluindo segundo a proposta dos PCNs.

De acordo com os PCNs, eles não constituem novas áreas, mas antes um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas, isto é, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de cada área, no decorrer de toda a escolaridade obrigatória. A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas, afim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores. (BRASIL, 1997).

Ainda nesse contexto a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais se concebe a educação como uma prática que tem a possibilidade de

criar condições para que todos os alunos se desenvolvam, onde o professor deve sempre ter propostas claras sobre o que quando e como ensinar e avaliar, a fim de possibilitar o planejamento de atividades de ensino para uma melhor aprendizagem de maneira mais clara e objetiva e coerente, onde as diferenças entre as áreas, os conteúdos selecionados em cada uma delas e o tratamento transversal de questões sociais constituem uma representação ampla dos campos do conhecimento e de uma cultura vivenciada em nossos tempos. (BRASIL, 1997).

Mas para Russo (2008) consideravam-se integrados apenas aqueles estudantes com deficiência que conseguissem se adequar á escola essas se apresentavam, onde não proporcionavam modificações na estrutura física e na aplicação pedagógica, onde ficava claro que os alunos que percorriam um sistema segregado, vulgo especial não conseguia chegar a níveis elevados de ensino, onde os dois sistemas de ensino que deveriam funcionar paralelamente, mas sem vínculos, formando uma linha de educação especial, e uma de educação comum, onde cada vez mais o sistema comum de educação se afasta e exclui indo contra a facilitação da integração.

Observamos que de criatura de Deus a seres amaldiçoados, improdutivos e incapazes, a pessoa com deficiência sempre esteve no lugar do diferente. A diferença existe, ela é incontestável. Não podemos definir deficiência como uma diferença negada, algo pertencente a outro. Uma pessoa pode ser diferente da outra, e não desigual. Com essas reflexões firmaram se os princípios da alteridade, da diversidade, da desigualdade e o fortalecimento do movimento de inclusão. (RUSSO, 2008 p.51).

2.3 A escola e o direito ao ensino especial no Brasil.

Como já vimos no histórico sobre as dificuldades das pessoas com deficiência no Brasil, eles começaram a receber atendimento na época do Império, quando foram criadas, no Rio de Janeiro, instituições de atendimento às pessoas cegas e surdas: Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), hoje conhecido como Instituto Benjamin Constant (IBC) e Instituto dos Surdos Mudos (1857), atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) (BRASIL, MEC/SEESP, 2007).

A Lei nº 4.024/61 da LDBEN, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, criada em 1961, passou a fundamentar o direito à educação aos alunos ditos excepcionais no sistema geral de educação, conforme possível, visando a integração dos mesmos à sociedade. Esse debate sobre a inclusão foi se ampliando e se solidificando nas leis brasileiras com o passar do tempo.

E em nossa carta magna, a Constituição Federal de 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei no 9394/96, são expressões dessa concretização. Nessas legislações, a educação é um direito assegurado a todos, visando o desenvolvimento integral do educando, devendo haver iguais condições no acesso e permanência na instituição de ensino, sendo garantido um padrão de qualidade. (CONSTITUIÇÃO, 1988).

3. CAPITULO 2. A EDUCAÇÃO FÍSICA; INCLUSÃO E FORMAÇÃO

3.1 Da formação no ensino superior, para a educação física na escola.

A Educação Física como disciplina curricular não pode ficar indiferente ou neutra neste movimento de Educação Especial ou Educação Inclusiva que vivemos hoje, porém como parte integrante do currículo oferecido pelas escolas a disciplina de Educação Física pode constituir se como um ponto fundamental, podendo ser considerada tanto como um obstáculo adicional ou ponto de relevância extremamente positivo, para que o ambiente de trabalho do profissional de Educação Física se torne cada vez mais inclusivo. (ALVES 2005).

E percebemos que está surgindo uma demanda por profissionais para atuarem na área da Educação Física inclusiva cada vez maior com conhecimentos significativos sobre a população deficiente. No início da década de 1980, foi instituído o ano Internacional da Pessoa Deficiente, que veio motivar uma sociedade que clamava por transformações significativas nessa área, para debater, organizar-se, e possivelmente prepara-se para estabelecer metas e objetivos que encaminharam novos desdobramentos importantes a área, pois a educação inclusiva é hoje uma realidade em muitos países e a cada dia ganha novos adeptos, como pude constatar não somente através da literatura disponível, mas também assistindo a palestras em congressos, e cursos de capacitação. (ALVES 2005).

E hoje na inclusão vemos que há uma tendência irreversível das ações educacionais inclusivas que nos mostram uma trajetória árdua e difícil, mas acima de tudo possível e necessária para uma sociedade que se reconhece e se reconstitui a partir da segunda metade do século XX como sendo uma sociedade mais humana e cidadã, que teve através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação seu principal impulso. E com a LDB de 1996, as iniciativas efetivas de inclusão da pessoa com deficiência na escola iniciam um novo momento, no qual há prerrogativas de comprometimento no plano governamental e inquietação,

angústia e impasse diante da nova situação por parte dos profissionais da educação. (CHICON, 2011; RODRIGUES, 2011)

Contudo, passado esse período, muitas ações se configuraram em pró da inclusão. São propostas de capacitação dos professores, adequação de estrutura física, iniciativas interdisciplinares com centro de apoio aos professores e família, entre outras, que tendem para um conjunto de ações que vêm, mesmo que precariamente, respaldando o processo de inclusão da pessoa com deficiência na rede regular de ensino. (CHICON, 2011; RODRIGUES, 2011)

E podemos observar que há uma educação que promulga uma falsa inclusão, desde o seu mecanismo de acesso até a permanência do indivíduo em um meio escolar de qualidade, esse modelo de democratização do ensino não pode ser confundido com a inclusão da pessoa com deficiência física ou intelectual, porque se justifica a perda de excelência e se dá em função da presença de um ou outro sujeito com características que se destacam socialmente no grupo. (CHICON, 2011; RODRIGUES, 2011)

Para Alves (2005) considerando as diretrizes, ou seja, de que, sempre que possível, as crianças, jovens e adultos deficientes sejam atendidos em escolas regulares, a necessidade de preparação do corpo docente, e do corpo técnico e administrativo das escolas aumenta enormemente.

Pois a princípio, todos os professores deveriam ter conhecimento da educação de alunos deficientes, e o professor é a principal figura na sociedade inclusiva e isso é muito claro, e não adianta contemporizarmos, enquanto os cursos e as universidades que formam professores não tiverem como ponto de honra conscientizá-los de que alunos com deficiência é responsabilidade de todos os educadores, e não apenas do profissional que se interessa por educação especial, caminharemos feito tartarugas. (ALVES 2005)

Para Rodrigues (2003) existem várias razões pelas quais a Educação Física tem possibilidades de ser um fator essencial para a construção da educação inclusiva, e podemos citá-las em três exemplos:

Em primeiro lugar, em Educação Física os conteúdos ministrados apresentam um grau de determinação e rigidez menor do que em outras disciplinas, e o professor de Educação Física dispõe de uma maior liberdade para organizar os conteúdos que pretende sejam vivenciados ou aprendidos pelos alunos nas suas aulas.

Ainda para Rodrigues (2003) esta menor cobrança de um conteúdo rígido, é comumente julgada como positivo em face de alunos que têm dificuldade em corresponder a solicitações muito estritas, e das quais os professores têm dificuldade em abrir mão, devido a eles próprios se sentirem constrangidos pelas dificuldades dos programas de inclusão, aparentemente a Educação Física seria uma área curricular mais facilmente inclusiva, devido à sua flexibilidade inerente aos seus conteúdos, o que conduziria a uma maior facilidade de diferenciação curricular.

Em segundo lugar, nos professores de Educação Física, somos vistos como profissionais que desenvolvem mais atitudes positivas perante os alunos que os restantes dos professores em geral, talvez devido aos aspectos fortemente expressivos no âmbito cognitivo, motor e afetivo da disciplina, somos professores conotados como profissionais que apresentam atitudes mais favoráveis à inclusão e, conseqüentemente, levantamos menos problemas e com maior facilidade de encontrarmos soluções para casos difíceis, por isso esta imagem sempre positiva e dinâmica dos professores de Educação Física é um elemento importante, da nossa identidade profissional, sendo assim somos frequentemente solicitados a participar em projetos de inovação e principalmente de inclusão nas escolas.

Em terceiro lugar, a Educação Física é julgada uma área importante de inclusão, dado esse que nos permite uma ampla participação, mesmo de alunos que evidenciem dificuldades, pois este fato pode ser ilustrado com a onipresença da Educação Física em planos curriculares parciais elaborados para alunos deficientes, mesmo tendo-se consciência das diferentes aptidões específicas de cada deficiência, entende-se que a Educação Física é capaz de suscitar uma participação e um grau de satisfação elevada dos alunos com níveis de desempenho muito diferentes entre si.

E para que possamos mostrar e provar para esse país, e à população como um todo, que os deficientes não vão impedir as demais crianças de aprenderem, mas que devemos utilizar a disciplina de Educação Física, com rigor e com investimento, para ser efetivamente uma área-chave para se tornar a educação mais inclusiva e podemos ser um campo privilegiado de experimentação, de inovação e de melhoria da qualidade pedagógica na escola. (ALVES 2005).

3.2 Propostas no curso de graduação para a inclusão.

Dentre os objetivos que cercam o currículo universitário da PUC, e a formação do professor de Educação Física enfatizamos a formação de um profissional de Educação Física para atuar no âmbito da educação formal, escolar e para desenvolver pesquisas, projetos e práticas contemplando as dimensões didático-pedagógicas, científicas e técnico instrumentais da área do movimento humano, em academias, instituições esportivas, recreativas ou relacionadas ao esporte, saúde e lazer, possibilitando sua participação na elaboração e execução de projetos de natureza interdisciplinar, para o seu aprimoramento.

Pois a educação física ao longo do tempo vem passando por diversas mudanças, e a construção de um currículo acadêmico que possa dar subsídios para o estudante de educação física, que venha a trabalhar com inclusão escolar, é fundamental para uma vida acadêmica, e com a percepção de que a sociedade está mudando, e a partir disso, novo olhar deve conseguir detectar que as necessidades também, a educação física deve perceber que é necessária a interdisciplinaridade entre as disciplinas no currículo acadêmico, sendo incluída nas grades curriculares das universidades entre todas as disciplinas de educação física a abordagem da inclusão e facilitação da aprendizagem para os deficientes, com o objetivo um melhor preparo da formação dos estudantes, futuros educandos, para a atuação com alunos com deficiência.

Para Nascimento, (2007) e Rodrigues (2007) observamos que as implicações da prática pedagógica na educação física, os currículos acadêmicos

que eram e são utilizado nas grades curriculares das universidades, consegue-se notar a evolução que a educação física vem sofrendo, porém, mesmo com disciplina de atividade física para pessoas com deficiências, fazendo parte do currículo das universidades e facilitando a aquisição do conhecimento.

Pois a área da educação física ainda sofre uma defasagem por falta de despreparo de profissionais, falta de interesse e até mesmo de falta de conhecimento por parte dos profissionais da área, pois a formação de um profissional de educação física tem um papel fundamental para a sua atuação com o desenvolvimento do processo de aprendizagem de seus alunos, pode-se dizer que à formação profissional primeiramente, cabe à universidade, que tem como função criar recursos humanos para o desenvolvimento das atividades profissionais. (NASCIMENTO; RODRIGUES, 2007).

Pois atualmente a questão curricular tem sido discutida de forma recorrente, onde vivemos um período de reformulação curricular, com diferentes propostas para novas diretrizes da graduação em educação física, o que irá destituir as diretrizes propostas na resolução n. 3/87. (AZEVEDO, 2007; MALINA, 2007)

Mas para Azevedo (2007) e Malina (2007) por outro lado, partindo da Lei de Diretrizes e Bases, está sendo criados Institutos Superiores de Educação, para formação de professores a educação básica, incluindo os futuros professores de educação física. e partiu do pressuposto que o atual pensamento curricular do curso de graduação em educação física no Brasil é construído e influenciado pelo contexto produzido no decorrer de sua história, a sua concepção curricular do curso de graduação em educação física no Brasil, e com isso, espera-se demonstrar o processo indutivo de pensar e fazer currículo relacionado.

Desta forma culturalmente, a formação pedagógica do professor de Educação Física vem sendo colocada em plano secundário, prevalecendo os conteúdos das disciplinas de cunho técnico e desportivo, corporal e biológico, em detrimento das disciplinas pedagógicas, e sendo assim, a formação vem privilegiando o desenvolvimento de capacidades e habilidades físicas, que tem

por prioridade o desempenho físico, técnico e o corpo enquanto objeto de consumo. (AGUIAR; DUARTE, 2005).

Como abordamos o perfil do aluno da PUCC (2013) de Educação Física conta com o perfil Profissional com qualificação nas áreas de aplicação da Docência, do Treinamento Esportivo, da Avaliação Física e Orientação de Atividades Físicas, Gestão Esportiva, Preparação Física, Recreação e Lazer, com habilidades de raciocínio crítico-reflexivo, atitude de pesquisa e de competências de natureza científica, técnico-instrumental e didático-pedagógica.

Mas com o aumento das carências da sociedade relacionadas à inclusão social dos deficientes, cresceu a preocupação sobre a formação desses profissionais atuantes, assim, por essas razões, estabelecemos que a atuação dos professores de educação física escolar inclusiva é de extrema importância, para a sua formação profissional, e na atuação diária. (NASCIMENTO; RODRIGUES, 2007).

No que se refere, especificamente, às pessoas com necessidades especiais e aos cursos de Educação Física, assunto ligado a este estudo, Cidade e Freitas (2002) afirmam que:

No que concerne à área da Educação Física, a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação, por meio da Resolução número 03/87, do Conselho Federal de Educação, que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. A nosso ver, esta é uma das razões pelas quais muitos professores de Educação Física, hoje atuando nas escolas, não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes à Educação Física Adaptada ou à inclusão (p. 27).

Para ilustrar a posição de Duarte (2005), pode-se citar, como exemplo, a Faculdade de Educação Física da PUC-Campinas, que, para atender à Resolução Federal nº 3/87, reformulou o seu currículo, implantando-o no ano de 1990. Esse currículo oferecia o curso em quatro anos e na sua grade a disciplina Educação Física Adaptada aparecia na última série. Portanto, nessa Faculdade,

esse componente curricular só foi oferecido em 1993, e esta disciplina oferecida na PUC (2013) contempla o estudo dos conceitos específicos das deficiências e dos procedimentos em atividades físicas e esportes para pessoas com deficiência, como já mencionamos.

Inclusão significa convidar aqueles que de alguma forma têm esperada para entrar e pedir-lhes para ajudar a desenhar novos sistemas que encorajam todas as pessoas a partir da completude de suas capacidades – como companheirismos e como membros. [...] uma oportunidade e um catalisador para a construção de um sistema democrático melhor e mais humano. (MANTOAN, 1997; p.137 e 138)

E neste surgimento também temos a pratica de formação em língua de sinais: LIBRAS que visa o incentivo, conhecimento, familiarização e capacitação técnico-acadêmica em Libras, tornada parte Integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), conforme legislação vigente.

Para Mendes 2012, a comunicação não pode ser o grande entrave do desenvolvimento cognitivo capacitação profissional do surdo é um desafio para escolas e empresas repensem suas finalidades, seu currículo e suas formas de atuação. Pois é um direito do surdo se fazer presente nas discussões das políticas sociais.

Afinal é através da educação que mudaremos a visão da sociedade, transformando a em um novo modelo igualitário para todos. Acreditamos que o profissional não deve se encerrar nos limites de um curso de graduação, na universidade, ou pós-graduação o objetivo ir além, pois a educação não é pronta e acabada e nós futuros professores/intérpretes devemos repensar na futura profissão e ser um eterno pesquisador. (MENDES, 2012 p. 29).

A educação física na infância e na adolescência é uma disciplina da PUC, (2013) e tem o estudo teórico-prático da Educação Física sob a

perspectiva desenvolvimentista, e da educação psicomotora, e seus conceitos, objetivos e princípios para as fases da infância e adolescência, sempre visando à criança como todo, adequando às práticas inclusivas em todas as fases de desenvolvimento.

O Projeto de Atuação em ensino de Educação Física da PUCC é uma disciplina que está diretamente ligada à participação efetiva do aluno nas escolas, onde em sala de aula se discute o trabalho pedagógico na diversidade do cotidiano escolar contemplando aspectos bio-sócio-culturais do aluno em relação com o professor de Educação Física e com a construção do saber. Vivenciar os diferentes procedimentos do ensino da Educação Física, e realiza estágio supervisionado no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, contribuindo muito para o crescimento e enriquecimento na formação do futuro Professor de Educação Física, onde o aluno pode articular os conhecimentos adquiridos nas disciplinas pedagógicas e específicas, para compreender a Educação Física nas séries do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, visando à elaboração de projetos de atuação para a realização de estágio supervisionado.

Por isso Darido (2001) reforça que a Educação Física na escola é responsável pela formação de alunos que sejam capazes de participar de atividades corporais, adotando atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade, conhecendo, valorizando e também de respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações da cultura corporal como, reconhecer-se como elemento integrante do ambiente, adotando hábitos saudáveis relacionando-os com os efeitos sobre a própria saúde, e de melhoria da saúde coletiva, estabelecendo e conhecendo a diversidade de padrões de saúde, beleza e desempenho que nos existem em diferentes grupos sociais.

Compreendendo sua inserção dentro da cultura em que são produzidos, analisando criticamente o mundo a sua volta na construção do indivíduo crítico, aprendendo a reivindicar, organizar e interferir no espaço de forma autônoma, onde os futuros professores de Educação Física vivenciam esse potencial através dos estágios de observação nas diferentes fases e disciplinas ao longo da graduação. (DARIDO, 2001)

3.3 Impactos da realidade da EF escolar

Os estágios supervisionados em PAEF têm por objetivo, discutir o trabalho pedagógico na diversidade do cotidiano escolar contemplando aspectos biológicos e sócios culturais do aluno em relação com o professor de Educação Física e com a construção do saber, vivenciando os diferentes procedimentos do ensino da Educação Física, realizando estágios supervisionados no ensino Fundamental e no ensino e Médio. Assim podemos articular os conhecimentos adquiridos nas disciplinas pedagógicas e específicas, para compreender a Educação Física no ensino Fundamental e no ensino Médio, visando à elaboração de projetos de atuação para a realização de estágio supervisionado, com isso o processo de aquisição do conhecimento se multiplica, com a relação direta e diária, do dia a dia Escolar. (PUCC, 2013).

Artigo 5º - Os estágios obrigatórios para os alunos da Universidade serão definidos com a grade curricular do curso. § 1º - Estágios obrigatórios de alunos de outras instituições de ensino a serem realizados na Universidade são os definidos nos respectivos currículos. § 2º - Estágios não obrigatórios são aqueles realizados pelos estudantes com o intuito de complementar a formação por meio de vivência de experiências próprias da situação profissional, sem previsão expressa no respectivo currículo. (Resolução USP-4.850, de 10-8-2001).

A partir deste parágrafo, iremos descrever as vivências e relatos de alunos com varias deficiências ao longo de nossos estágios em PAEF, e que contribuíram muito para a compreensão e entendimento de diversas patologias e sintomas, que através das vivências nos possibilitaram o melhor entendimento no processo de inclusão escolar.

No 4º semestre fizemos estágio no CEESD (Centro de Educação Especial Síndrome de Down). Instituição que visa o desenvolvimento psicomotor, e o desenvolvimento de crianças e jovens com síndrome de Down para as atividades de vida diária.

Pois constatamos que o estímulo precoce principalmente para pessoas com necessidades especiais desenvolve o sistema motor, encoraja a conquista do sistema afetivo e estimula o sistema cognitivo a suas dimensões existenciais, pois todos os alunos demonstravam um desenvolvimento e comprometimento na participação das brincadeiras e exercícios propostos, pois as maiorias dos alunos da instituição estavam matriculadas desde a infância.

Conhecemos uma aluna que frequentava o CEESD no período da manhã, a tarde trabalhava no projeto de inclusão e socialização de uma empresa de campinas, e no período noturno frequentava o ciclo II do ensino médio. Seu excelente desenvolvimento foi estimulado a partir das suas capacidades individuais, e não a partir das deficiências apresentadas, pois cada individuo tem suas particularidades que devem ser respeitadas e desenvolvidas a fim de proporcionar o melhor de cada um.

Com isso, por meio de atividades recreativas, o portador de síndrome de Down, pode beneficiar-se no senso de realização, consciência corporal, desafios físicos e mentais, melhoria da auto-estima, participação da comunidade, oportunidade de competir, expressão criativa, chance de fazer amizades com passa tempos e exercícios de forma lúdica e que explorem a socialização. (FRANÇA; ZUQUETO, 2004).

No colégio PHOTON, tínhamos em nossas aulas um aluno da síndrome de Down, que era atuante e ativo em todas as propostas lúdicas nas atividades em grupo, sempre facilitando sua socialização através dos grupos, também tínhamos um aluno autista que apresentava alguns distúrbios emocionais durante as nossas atividades praticas que, algumas vezes, nos deparávamos com ele defronte a uma trave de futebol ou parede, sozinho e inquieto, quando nos dirigimos a ele procurávamos uma relação mais afetiva e calma, de forma a sensibilizar o enfoque ao seu retorno nas atividades e recreações dirigidas.

Pois o temperamento do individuo é totalmente determinado pelo meio social pelo no qual o ser humano cresce e se desenvolve. E esta influencia pode ser tanto de forma direta, imediata quanto indireta. (VIGOTSKI, 2003).

Em outras escolas, também vivenciamos fatos marcantes, como a de um aluno do ensino fundamental (ciclo básico I), que em plena aula de Educação Física, baixava suas calças com o intuito de chamar a atenção dos alunos a sua volta, e tendo diversas alternâncias em seu aspecto emocional e de humor no decorrer das aulas, porém nas atividades em grupo que caracterizávamos a ele sua importância.

Para a realização das práticas ele demonstrava uma excelente socialização em aula, e já vindo de outras escolas com as mesmas recomendações para com ele, o que nos chamou a atenção é que seus pais não acreditavam que seu filho necessitava de uma avaliação diagnóstica mais detalhada, seguida de um desenvolvimento mais amplo e completo, para que possamos desenvolver as atividades dirigidas em classe no âmbito da inclusão e da interação de todos.

Iniciativas para a inclusão das crianças com deficiências na sociedade vêm ocorrendo há anos, onde a busca e a aquisição de direitos iguais está cada dia mais presente no Brasil, hoje as crenças atuais em educação especial ditam que as crianças com deficiências devem ser incluídas em todos os setores da educação Física, onde as práticas inclusivas começam a ser manifestas com ótimos resultados em ambientes educacionais tanto de trabalho como de lazer e esporte. (FRANÇA; ZUQUETO, 2004).

Vou mencionar aqui uma última vivência, na qual uma aluna que era cadeirante de treze anos, que sempre se esforçava para participar de todas as aulas de Educação Física, quando estas eram propostas de forma inclusiva e integradora, como vôlei sentado, arremesso de dardos e pelotas, e quando possível era ativamente mencionada pelos alunos para a participação nos jogos cooperativos, sendo juiz ou árbitra, finalizando nossas experiências, podemos dizer que na prática há muitas barreiras que devem ser quebradas no âmbito escolar.

E isso nos leva à necessidade de uma Educação Física Escolar fundamentada, entre outros, no princípio da totalidade que, enfatiza o fortalecimento da unidade do ser humano, em seu autoconhecimento, a sua auto-

estima e auto superação, tendo em vista o contexto, único e diverso, no qual está inserido.

Cada criança deverá ser vista como única, em um universo infinito de possibilidades, sem que se estabeleça qualquer tipo de comparação, considerando-se que as diferenças são características evidentes de um indivíduo para o outro, e o educador tem o 'mérito' de abrir e expandir o leque de oportunidades iguais para todas as características individuais, com ou sem deficiência, com objetivo de que cada um construa a sua pessoa e sua concepção do mundo. (BRASIL, 2003, p. 30).

Para que isso aconteça Rodrigues (2003), diz que é preciso ainda repensar o papel do professor e sua prática pedagógica, onde, o processo da inclusão educacional de alunos com Necessidades Educativas Especiais e de outros alunos com que a escola tem dificuldade de lidar tem muito a beneficiar com as propostas metodológicas dos Professores de Educação Física que, com criatividade, podem usar o corpo, o movimento, o jogo, a expressão e o desporto como oportunidades de celebrar a diferença e proporcionar aos alunos experiências que realcem a cooperação e a solidariedade.

3.4 Sugestões de Brincadeiras e Atividades vivenciadas.

As atividades recreativas podem e devem atender às necessidades de todos os indivíduos, seja para descansarem, se divertirem ou se desenvolverem. Podem, também, constituir um espaço de oportunidades para a generalização de conceitos e abstrações, sendo assim, acabam sendo negligenciadas pelo preconceito que cerca a temática, onde as pessoas com deficiências sabem brincar, sabem andar, sabem conversar, sabem se divertir e amar, por isso é preciso aprender e mostrar a todos que é possível e bom, conviver, aprender e interagir com a diferença. (CRUZ; BARRETO, 2003).

Por esse motivo, iremos descrever algumas brincadeiras e atividades físicas para promover a inclusão e a integração de todos os alunos com e sem deficiências.

Brincadeira do deslocamento de bexigas.

Esta brincadeira visa à integração de todos os alunos, pois se utiliza da formação e distribuição convencional das carteiras em sala de aula, onde alunos com e sem deficiências e cadeirantes poder interagir.

Descrição:

Se utilizando das filas de carteiras, os alunos são distribuídos entre elas onde a quantidade de alunos em cada fila tem de ser igual às outras, em frente a cada fileira é disposto um saco ou caixa contendo um grande numero de bexigas em igual para todas, e um mesmo saco ou caixa no final das filas para guardar as bexigas que serão passadas e guardadas, e para cada fileira uma cor de bexiga. Ao sinal do inicio as bexigas são passadas uma a uma, de mão em mão, para o final da fila onde serão acumuladas e posteriormente contadas, ganha a fileira que conseguir acumular o maior numero de bexigas, no mesmo espaço de tempo entre todas as fileiras.

Brincadeira do jogo de adivinhação

Permite trabalhar com percepção tátil e sua sensibilidade, discriminação e identificação de formas e texturas, de objetos dentro e fora da caixa, onde se coloca um material com determinada textura ou forma e a criança deverá reconhecê-lo, e procurar o correspondente fora da caixa, exemplos esferas, quadrados e brinquedos variados de diversas formas.

Descrição:

Esta brincadeira é composta por uma caixa de madeira, com uma abertura na lateral, em forma de círculo, onde é fixado um pé de meia de jogador de futebol, ou um pé de meia calça bem grossa, no fundo da caixa é colada uma

tira de câmara de ar de bicicleta, que serve como antiderrapante e que ajuda a fixar a caixa sobre a mesa, e sobre ela uma tampa retrátil que permite sua abertura para colocar seus objetos, que serão descobertos pelas crianças, onde elas terão um tempo de trinta segundos para identificar através do tato o objeto no interior da caixa, e identificá-lo em uma prateleira ou sobre uma mesa, ganha a equipe que mais acertar os objetos dentro do tempo.

Brincadeira da bola ao caracol.

Os alunos trabalharam sua noção de arremesso, e destreza para a sua pontuação através do controle e precisão de força para o lançamento da bola em direção ao círculo.

Descrição:

Utilizando uma corda de náilon ou de material semelhante, faremos um caracol com um diâmetro de trinta centímetros para cada caminho, e contendo no mínimo quatro voltas cada caracol, distribuiremos os alunos a uma distancia de cinco metros do caracol, para traz de uma linha confeccionada no chão para demarcar a linha limite para o arremesso, seu grande objetivo é fazer com que cada criança consiga arremessar a bola dentro do caracol o mais perto do centro possível. Onde a cada volta do caracol valera X pontos e o centro do caracol se obtêm o maior ponto, podendo utilizar bolas coloridas representando cada equipe ou sala.

Brincadeira do jogo da velha.

Uma atividade para desenvolver a habilidade motora, cognitiva e afetiva social, onde a criança através da observação completa os espaços do quadro posto ao solo, com objetos diversificados e sugeridos pelos professores a fim de facilitar sua participação.

Descrição:

Com fita adesiva ou usando bambolês, faremos o jogo da velha no solo, utilizando um espaço grande e uniforme na dimensão de nove bambolês dispostos em três linhas de três bambolês, ou com a fita adesiva utilizando a mesma referencia de proporção ao tamanho dos bambolês, as crianças permaneceram a uma distancia de dez metros longe do jogo da velha, o que possibilitara a elas seu deslocamento, tendo o cuidado para que a distância a ser percorrida respeite sua fase de desenvolvimento motor, as crianças postas em duas colunas, uma a uma de cada fila, tem sua vez de colocar seu objeto no jogo da velha, jogando para marcar ou se defender fazendo com que o jogo de velha. Os objetos podem ser bolas coloridas representando cada equipe, e o total de pontos é de três pontos.

Brincadeira do garrafão do tempo.

Nesta brincadeira todos os alunos participam se deslocam e interagem, desenvolvem entre si o conceito de socialização de espaço e tempo.

Descrição:

Utilizaremos garrafões de plásticos transparente na capacidade de cinco litros, com uma pequena mangueira no gargalho diminuindo sua capacidade para enchê-lo de forma rápida, dispostos sobre uma mesa e com corantes artificiais em seus fundos representando a cor de cada equipe, ao lado de cada garrafão uma bacia plástica com água e uma concha, que será utilizada para encher os garrafões, os participantes também permaneceram a uma distancia de dez metros de cada garrafão, atrás de uma linha no solo e serão dispostas quantas fileiras forem necessárias de acordo com o numero de recursos (garrafões) disponíveis.

Ao sinal que será ministrado simultaneamente cada participante de cada fila, terá trinta segundos para se deslocarem entre a linha de largada até o garrafão e despejar água com a concha e voltar para o fim da fila, a prova terá a duração de cinco minutos, completando um total de dez participantes em cada fila, será necessário um professor para marcar o tempo de trinta em trinta

segundo dando a voz de comando regressivo em voz alta e reconhecível, e outro professor que fará a contagem do tempo total, ganhara a equipe que ao termino da prova conseguir colocar a maior quantidade de água em seu garrafão.

Observação feita que, todas as brincadeiras aqui propostas já foram realizadas em nossas vivencias, gincanas e aulas de recreação, e todas as atividades tem o intuito de contemplar a inclusão de diversos alunos com diversas deficiências, podendo ser adaptadas de acordo com cada ambiente e números de participantes, e seus materiais também podem ser substituídos de acordo com cada faixa etária e disponibilidade de recurso.

Pois queremos evidenciar que o lazer é um instrumento para a inclusão, não devendo ser esquecido o seu caráter prazeroso e lúdico, nem o sentido de liberdade de escolha, pois na prática, são sempre levadas em conta as manifestações culturais de cada grupo, local e região. Partindo desses princípios, analisou-se a melhor forma para que o brincar possa ser vivenciado por todas as pessoas, beneficiando seu desenvolvimento físico, mental e sua inclusão pessoal. (CRUZ; BARRETO, 2003).

E por isso a inclusão de todos na escola independente do seu talento ou deficiência, reverte-se em benefícios para os alunos, para os professores e na sociedade em geral, pois sabemos que o contato das crianças entre si reforça atitudes positivas no processo da inclusão e da integração. (CASTRO; RIBEIRO; BAUMEL, 2003).

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral.

O objetivo deste trabalho foi analisar de forma subjetiva os professores de educação física sobre a inclusão dos alunos com deficiência no ambiente escolar, sendo ela deficiência física ou intelectual nas aulas.

4.2 Objetivos específicos.

- Analisar e contatar a compreensão da evolução das práticas pedagógicas envolvidas na inclusão nas aulas de Educação Física Escolar.
- Verificar e identificar as dificuldades da aplicação pedagógica em aula.
- Analisar e Identificar as dificuldades apresentadas no conteúdo conceitual e procedimental.
- Refletir e discutir os novos rumos para a inclusão, sob a perspectiva dos professores pesquisados.

5. METODOLOGIA

A metodologia empregada neste trabalho foi a pesquisa de campo exploratória, e a observação dos fatos tal como ocorrem na prática. Não permitindo isolar ou controlar as variáveis das respostas obtidas, mas perceber e analisar as relações por elas estabelecidas, onde a interpretação das respostas e à atribuição dos significados são básicas e descritivas no processo de pesquisa qualitativa, sendo utilizado como ferramenta um questionário semi-estruturado, onde as respostas serão analisadas e discutidas de forma descritiva.

5.1 População.

Todos os participantes desta pesquisa são professores de Educação Física, egressos e atuantes do sistema escolar nas esferas municipal e estadual.

A pesquisa foi realizada com quatro professores de Campinas, e um professor de Hortolândia, representando a região metropolitana de Campinas.

5.2 Instrumentos.

Para se coletar as informações foi elaborado um questionário semi-estruturado com sete perguntas objetivas, onde todas as respostas foram respondidas de forma dissertativa para uma melhor análise, localizado nos anexos desta pesquisa.

5.3 Procedimentos.

Cada professor recebeu um questionário com sete perguntas semi estruturadas, e respostas dissertativas com total liberdade de escrita, que segue em anexo neste trabalho, seguido de um termo de livre consentimento pessoal, que também segue em anexo, ao qual garantimos sua total descrição e fidelidade nas respostas obtidas, e total consentimento dos mesmos.

Como critério de participação além de suas regiões de atuação, todos os pesquisados tiveram vínculos de atuação com projetos desenvolvidos nesta universidade, no decorrer da minha graduação como JEMA e PIBID.

O que facilitou o contato inicial para a pesquisa, o questionário impresso foi entregue junto ao termo de livre consentimento após explicação detalhada do objetivo principal e específico deste trabalho, cada pesquisa teve de uma a duas semanas para a devolução do questionário e termo de consentimento.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao iniciarmos estabeleceremos as análises dos resultados e discussão das respostas obtidas em campo ao término de cada questão, seguindo a ordem numérica estabelecida em questionário descrito na metodologia, identificando as respostas dos participantes segundo suas regiões, respeitando integralmente suas respostas.

Considerando o objetivo deste trabalho que foi analisar de forma subjetiva os professores de educação física sobre a inclusão dos alunos com deficiência no ambiente escolar, sendo ela deficiência física ou intelectual nas aulas, também foi proposto verificar a compreensão e evolução das práticas pedagógicas envolvidas na inclusão nas aulas de Educação Física Escolar, identificando também a necessidade ou conceito de capacidade, verificando e respeitando as realidades de cada professor pesquisado.

Iremos verificar e identificar as dificuldades da aplicação pedagógica em aula, classificando as dificuldades apresentadas nos conteúdos conceitual e procedimental, por isso, analisar e discutir os novos rumos para a inclusão, nas perspectivas obtidas a partir das respostas apresentadas será indispensável para o enriquecimento científico e cultural aqui produzido.

Pergunta 01.

A inclusão é abordada da mesma forma, desde sua Graduação?

Para o professor da Região Sudoeste: “Não, minha graduação foi há 15 anos e pouco era falado sobre inclusão”.

Para o professor da Região Noroeste: “Não, pois apenas um professor fazia o uso desta abordagem, a professora Mary em 1988 em sua disciplina, e era uma abordagem geral sobre o conceito, não era específico para inclusão, pois na época nada se falava a respeito sobre inclusão”.

Para o professor da Região Sudeste: “Na época em que me formei não se falava de inclusão”.

Para o professor da Região Oeste: “Considero que tive boas referências sobre inclusão durante minha Graduação e também tive a oportunidade de atuar com grupos de deficientes durante esse período, mas o debate sobre inclusão foi fortemente ampliado nos últimos 13 anos. Os conceitos mudaram e a minha vivência como professora na rede pública e os diálogos com as professoras de educação especial com quem trabalhei possibilitaram outro olhar. Certamente hoje percebo a inclusão de forma mais concreta”.

Para o professor da Região Metropolitana: “Sim. Há muitos anos essa abordagem vem sendo discutida, mas sem conclusões concretas, tivemos aulas preparadas por nos mesmos divididos em deficiência visual, motora e auditiva que foram para nós, muito interessantes e diferentes já que éramos apenas estudantes, embora fossem abordagens de forma bem vaga e sem as dificuldades reais que encontramos”.

Análise do resultado e discussões da primeira resposta.

Podemos analisar em nossas primeiras respostas que a maioria dos professores atuantes da rede de ensino, tem em sua maioria mais de dez anos de formação e atuação, ou seja, os pesquisados são os percussores deste tema de tanta relevância, e os responsáveis pelos primeiros passos rumo à inclusão, e que durante sua formação o tema ainda era muito recente.

A educação física adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação, que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais, por isso sabemos que muitos professores de Educação Física até hoje atuantes nas escolas, não receberam em sua formação

conteúdos ou assuntos pertinentes a Educação Física Adaptada ou a Inclusão. (CIDADE, 2002.)

O que hoje nos remete a pensarmos o quanto a universidade possa e deva contribuir para o tema, na qualificação do corpo docente e na elaboração do currículo universitário, reforçando não somente em suas grades como uma disciplina, mas que o conceito de inclusão seja atribuído em todas as disciplinas, não somente como método, mas também como um estilo de ensino, e se pensarmos também na disciplina de esportes adaptados, onde evidenciaríamos na prática esta vivência inclusiva, e do confinamento das produções teóricas da forma de atuação entre o “saber e o saber fazer” entre a instituição e nosso público diretamente ligado a ela. (AMARAL, 1994).

Pergunta 02.

O que você relataria de ausência, durante sua formação acadêmica na graduação, que auxiliaria na inclusão em sala de aula, no ambiente escolar?

Para o professor da Região sudoeste: “Mais informações sobre as diferentes deficiências e seus diagnósticos, e como incluí-los no ambiente escolar, devida a péssima estrutura física e pouca capacitação humana fornecida à área”.

Para o professor da Região Noroeste: “Faltou tudo. Pois acho que todas as disciplinas deveriam abordar a inclusão na sua disciplina. Pois em nosso dia a dia de aula, somos assessorados por professores especialistas (pedagogos especialistas), e cuidadores instituídos pelo estado as escolas para melhor aproveitamento em aula, tanto do aluno como do professor”.

Para o professor da Região Sudeste: “Na época de minha formação acadêmica, a educação estava passando por uma transição – do campo biofisiológico para o campo psicossocial. Acredito que os professores tinham uma

formação muito recente em relação à nova visão da área, causando desta forma, uma lacuna no referido campo”.

Para o professor da Região Oeste: “Penso que a educação escolar seja um grande desafio, com ou sem deficientes. A questão do respeito à diversidade é muito mais marcante. Acredito que a abordagem deste tema – diversidade – poderia ter tido mais destaque na minha graduação. O respeito à diversidade é um grande caminho para a inclusão”.

Para o professor da Região Metropolitana: “O estágio prático com alunos incluídos na escola tradicional, nos teria aproximado mais da realidade que vivenciamos no dia a dia”.

Análise do resultado e discussões da segunda resposta.

Ao observarmos as respostas acima, vemos novamente que os professores não obtiveram conteúdos suficientes para que os preparassem para a tarefa da inclusão o mais próximo possível da realidade que os aguardavam, diante da falta desta abordagem que resultou na ausência de informação sobre as diferentes deficiências e seus prognósticos, falta de um contato mais próximo da realidade como estágios experiências em ambientes não escolares para a vivência e prática da abordagem, não somente tudo isto temos a falta de estrutura física e adequada em algumas escolas.

É importante que o professor tenha os conhecimentos básicos relativos ao seu aluno como: tipo de deficiência, idade em que apareceu a deficiência, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão prejudicadas. Implica, também, que esse professor conheça os diferentes aspectos do desenvolvimento humano: biológico, físico, sensoriais, neurológicos, cognitivo, motor e sua interação social e afetivo-emocional. (CIDADE, 2002.)

Porém têm se exemplos de iniciativas benéficas, como o auxílio e o suporte durante as aulas de educação física dos pedagogos especialistas na compreensão e elucidação de dúvidas sobre as diversas deficiências e seus prognósticos, os cuidadores que dão suporte durante as aulas quando se precisa de um cuidado mais específico como ir ao banheiro, alimentar e até na manipulação de medicamentos, pois isto é extremamente necessário para algumas deficiências, mas esta realidade ainda não está acessível a todas as escolas infelizmente devido a entraves políticos e administrativos.

Pois no diálogo com a educação física somos apresentados às possibilidades da existência da Educação Física adaptada, que ao mesmo tempo em que supera os limites sensoriais dos alunos, alarga seus horizontes de vida, proporcionando a eles que se aceitem enquanto diferentes e ocupem o espaço social que lhes pertence, tanto quanto pertencem aos demais alunos. (GAIO; MENEGHETTI, 2004).

Pergunta 03.

Quais deficiências a Sra. (Sr) encontrou mais dificuldade em trabalhar?

Para o professor da Região Sudoeste: “As deficiências físicas dificultam mais, em principal as de M.I. e lesões na coluna que exigem cadeiras de rodas”.

Para o professor da Região Noroeste: “A paralisia Cerebral no grau severo, pois nos traz maior dificuldade de fazer leitura da criança durante o decorrer das aulas, no sentido de precisão dos objetivos”.

Para o professor da Região Sudeste: “As deficiências mais raras que possuem pouco campo de conhecimento, como síndrome de Marfan, a Oligofrenia associada a outras deficiências, etc”.

Para o professor da Região Oeste: “Encontro mais dificuldade em trabalhar com as deficiências de afeto, mas isso ainda não é considerado... Entre aquilo que se considera deficiência, os autistas de espectro severo ainda são um grande desafio”.

Para o professor da Região Metropolitana: “A deficiência visual e deficiência motora mesmo com as adaptações”.

Análise do resultado e discussões da terceira resposta.

Ao analisarmos as respostas desta questão, cabe a nós ressaltarmos que não encontramos semelhanças entre elas, pois cada resposta teve diferentes professores e de diferentes regiões, porém a região Noroeste e a região Oeste se deparam com maior dificuldade em lidar com as deficiências intelectuais, quanto a região sudoeste e região metropolitana classificam a deficiência motora como ponto em comum entre si ao lidar com a deficiência Motora tanto de membros inferiores quanto membros superiores.

E na região sudeste o professor entrevistado salienta a dificuldade de lidar com as deficiências classificadas ou chamadas raras, ou seja, um caso para cada cinquenta mil habitantes, como é o caso da síndrome de Marfan, a Oligofrenia, ele também relata que o acervo sobre casos mais raros são mais difíceis de encontrar dificultando ou limitando nossa intervenção pedagógica.

Porém o Portal da Saúde do Governo federal nos diz que o censo populacional de 2000 (IBGE) identificou que, no Brasil, 24,5 milhões de pessoas (14,5% da população), têm algum tipo de deficiência, desde alguma dificuldade para andar, ouvir e enxergar, até as graves lesões incapacitantes. Foram detectados, nesse total de 24,5 milhões, 48% de pessoas com deficiência visual, 23% com deficiência motora, 17% com deficiência auditiva, 8% com deficiência

intelectual e 4% com deficiência física. Vale lembrar que a metodologia adotada incluiu, na contagem, muitos idosos que apresentavam dificuldades para se locomover, ver ou ouvir. Mas ao considerar apenas as pessoas com limitações mais severas (auto-percepção de incapacidade) o percentual encontrado foi de 2,5% do total da população, ou seja, 4,3 milhões de pessoas. (BRASIL, PORTAL DA SAÚDE).

Ou seja, reforçamos aqui a ênfase na formação e capacitação do profissional de Educação Física quanto acadêmico, não saberíamos todas as deficiências como diagnóstico, mas teríamos conhecimento abrangente para a intervenção pedagógica, hoje os currículos acadêmicos que eram e são utilizado nas grades curriculares das universidades, consegue-se notar a evolução que a educação física vem sofrendo. (NASCIMENTO; RODRIGUES, 2007)

Ainda o mesmo autor destaca que mesmo com disciplina de atividade física para pessoas com deficiências, fazendo parte do currículo das universidades e facilitando a aquisição do conhecimento, a área da educação física ainda sofre uma defasagem por falta ou despreparo de profissionais, falta de interesse e até mesmo de falta de conhecimento por parte dos profissionais da área, pois a formação de um profissional de educação física tem um papel fundamental para a sua atuação com o desenvolvimento do processo de aprendizagem de seus alunos, pode-se dizer que à formação profissional primeiramente, cabe à universidade, que tem como função criar recursos humanos para o desenvolvimento das atividades profissionais.

Pergunta 4.

Você já vivenciou a inclusão de um/a pessoa com deficiência? Quando? Pode nos contar esta experiência?

Segundo o Professor da Região Sudoeste: “Sim. A primeira vez foi em 2003, na escola estadual Adolpho Rossim, pois tive um aluno na 1ª série que era

cadeirante. A escola era muito mal conservada, muita depredação, muitas escadas com três andares e não possuía rampas de acesso e para dificultar ainda mais a quadra era quatro lances de escada abaixo do 1º nível da escola”.

Segundo o Professor da Região Noroeste: “Sim. Desde minha formação sempre vivenciei, e tenho ainda muitos outros casos que vivencio, mas que, por falta de diagnósticos mais precisos não eram esclarecidos mesmo para mim que pode participar desde o início do movimento de inclusão. Hoje tenho um aluno PC. Que é bem difícil de interagir com os conteúdos de aula”.

Segundo o Professor da Região Sudeste: “Todos os dias, a deficiência em minha opinião não está ligada somente a fatores físicos ou intelectuais, mas a sociais também, e de uma forma muito impregnada, nas aulas de educação física, os alunos nunca gostam de dar as mãos, ou de estar no mesmo time, por exemplo, de colegas obesos, sujos, negros, ou com alguma dificuldade em sala de aula. Por outro lado já tive alunos com problemas físicos que os alunos ajudavam o tempo todo”.

Segundo o Professor da Região Oeste: Em todos os 13 anos em que atuei como professora sempre teve crianças com alguma deficiência incluídas nas salas de aula. Quando ingressei em 2000 na rede municipal de ensino de Campinas já havia a inclusão das crianças, eu já sabia disso, não foi novidade. A minha preocupação sempre foi pensar em práticas em que todos pudessem participar juntos, ainda que de formas diferentes. Para mim o principal ponto da inclusão é a socialização.

Segundo o Professor da Região Metropolitana: Tive vários, trabalhei em uma escola onde a inclusão era considerada natural e todos entendiam e faziam com que a criança participasse nas atividades, e hoje tenho e sinto por parte de todos onde leciono.

Análise do resultado e discussões da quarta resposta.

Quando inicio a análise desta questão em particular, expresso minha alegria para com todos, pois ela demonstra que a inclusão é uma realidade que está inserida em nossa sociedade há mais de 15 ou vinte anos, dados cronológicos fornecidos na resposta numero 1, percebemos também problemas comuns como à falta de estrutura física ou há precariedade nas escolas, para o desenvolvimento das aulas de educação física, o pouco aceso a informação e diagnósticos mais precisos pelos pais e responsáveis que dificultam na elaboração e aplicação das aulas de educação física, na parte de socialização e integração, fazem com que percebemos o quanto este tema é bastante contundente até os dias atuais, independente de deficiência ou diferença em questão.

Mas na região metropolitana o professor se deparou com o tema da inclusão já inserido na interdisciplinaridade entre todos os docentes, facilitando a inclusão nas suas aulas uma vez que inclusão já não era uma abordagem, mas um processo comum entre todos.

Para isso, a Educação Física como disciplina curricular não pode ficar indiferente ou neutra neste movimento de Educação Inclusiva que vivemos hoje, porém como parte integrante do currículo oferecido pelas escolas a disciplina de Educação Física pode constituir se como um ponto fundamental, podendo ser considerada tanto como um obstáculo adicional ou ponto de relevância extremamente positivo, para que o ambiente de trabalho do profissional de Educação Física se torne cada vez mais inclusivo. (ALVES 2005).

Pois é notório entre as resposta dos professores que os alunos vivenciados por eles foram incluídos e integrados em suas aulas, mesmo com todas as barreiras que atravessaram, e através destes exemplos vemos que há uma tendência irreversível das ações educacionais inclusivas que nos mostram uma trajetória árdua e difícil, mas acima de tudo possível e necessária para uma sociedade que se reconhece e se reconstitui a partir da segunda metade do século XX como sendo uma sociedade mais humana e cidadã, que teve através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação seu principal impulso. (CHICON, 2011; RODRIGUES, 2011).

Pergunta 5.

Atualmente você tem algum aluno com deficiência? Se sim, qual a deficiência?

Segundo o Professor da Região Sudoeste: Sim. No 1º ano tenho um aluno com atrofia muscular de MS e no 9ºano tenho uma aluna com hemiparesia congênita, mas que se destaca muito principalmente pro ativamente.

Segundo o Professor da Região Noroeste: Sim, cego, síndrome de down e um PC com múltiplas deficiências e também um caso de autismo.

Segundo o Professor da Região Sudeste: Tenho um aluno autista, uma aluna com transtorno específico misto de desenvolvimento, retardo intelectual leve e transtorno intelectual não diagnosticado em outras partes e uma terceira aluna com retardo intelectual moderado, oligofrênia, obesidade mórbida e outras tantas doenças secundárias.

Segundo o Professor da Região Oeste: Sim atualmente dou aula em cinco classes de terceiros anos, em todas elas há crianças com deficiência: Síndrome de Down, Deficiência Física, Autismo e Múltiplas deficiências.

Segundo o Professor da Região Metropolitana: Sim, tenho alunos de inclusão intelectual e um aluno amputado congênito da mão esquerda.

Análise do resultado e discussões da quinta resposta.

Para analisarmos estas respostas destacamos novamente a ênfase que nos norteia a qual o processo de inclusão vem crescendo comumente, numa perspectiva que vai de encontro com a realidade hoje já vista, pois se nos dados do Ministério da Saúde hoje as pessoas com deficiência representam 2,5% da população Brasileira, ou seja, representada em 4,3 milhões de pessoas, isso torna os dados acima totalmente naturais.

Porém destacamos a deficiência intelectual como o caso mais inserido pelos professores narrados, seguidos da deficiência motora e da ausência de membros e um caso de um aluno cego, para nossa análise apenas uma amostra

não tem um valor relevante, mas como discussão nos leva a um pressuposto que o super protecionismo familiar também vem sendo quebrado, e que alunos deficientes contam hoje com maior apoio de professores e especialistas no suporte pedagógico.

Para Rodrigues (2003) nós professores de Educação Física, somos vistos como profissionais que desenvolvem mais atitudes positivas perante os alunos que os restantes dos professores em geral, talvez devido aos aspectos fortemente expressivos no âmbito cognitivo, motor e afetivo da disciplina.

Somos professores conotados como profissionais que apresentam atitudes mais favoráveis à inclusão e, conseqüentemente, levantamos menos problemas e com maior facilidade de encontrarmos soluções para casos difíceis, por isso esta imagem sempre positiva e dinâmica dos professores de Educação Física é um elemento importante, da nossa identidade profissional, sendo assim somos frequentemente solicitados a participar em projetos de inovação e principalmente de inclusão nas escolas. (RODRIGUES, 2003).

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO 1988).

Pergunta 6.

Na história da educação física, os alunos com deficiências têm conquistado cada vez mais o seu espaço. No entanto, os estudos mostram que muitos professores não se sentem preparados para lidar com essa clientela. Você pode nos relatar o que é necessário para realização da inclusão?

De acordo com professor da região sudoeste: Sim. Acho que devemos ter mais literatura específica para a área, para que possamos propiciar atividades que estes alunos possam participar mais, não enfatizando as diferenças, mas sim mais momentos de interação e lazer.

De acordo com professor da região noroeste: Estrutura física, com condições para o trabalho como:

- Material adequado, utensílios e local.
- Material humano, como cuidadores e especialistas para suporte teórico.
- Capacitações constantes devida a grande abrangência de deficiências.
- Carteiras adequadas, lousas e materiais pedagógicos especializados.

De acordo com professor da região sudeste: Em primeiro lugar, precisamos de pessoas na área da saúde mais preparadas para diagnosticar o quadro de um aluno, com algum tipo de deficiência (geralmente, eles sempre possuem mais de uma deficiência) precisamos tanto de capacitação teórica, quanto prática, adaptações das estruturas físicas das escolas, etc.

De acordo com professor da região Oeste: Como disse anteriormente, a compreensão da diversidade é uma das necessidades. Para mim, um fator importante é que o professor defenda a educação como direito de todos. Fazendo essa defesa não há por que questionar a presença dos alunos com deficiência na escola – as barreiras são derrubadas e passamos a compreender a importância da escola na vida de cada criança e de cada criança na vida da sociedade. Quando convivemos com as deficiências temos melhores chances de compreendê-la. Quando compreendemos, somos integrados por elas. O impacto social ultrapassa os muros da escola.

De acordo com professor da região Metropolitana: Mais troca de experiências (Congressos e cursos de capacitação para troca de experiências), pois a partir do momento que você tem alunos que precisam isto se torna extremamente necessário, além do professor especialista para auxiliar no decorrer das aulas, pois hoje em dia são mais de trinta e cinco alunos por turma em cada sala, e por mais que nos esforcemos nossa atenção fica defasada.

Análise do resultado e discussões da sexta resposta.

Ao iniciarmos nossa análise sobre esta resposta é importante salientarmos que na sua maioria todos os professores pesquisados são unânimes em dizer que, a capacitação a busca incessante sobre artigos, livros e pesquisas nestas áreas são imprescindíveis e que isso corresponde fielmente nossa realidade, por isso a necessidade levantada pelos autores, no início deste trabalho quanto a formação deste profissional na sua graduação é importantíssima. Os congressos e cursos específicos são conteúdos que podem, e devem ser adquiridos ao longo de nossas carreiras independente do tema ou capacitação, ou seja, se atualizar é necessário sempre.

Quanto ao aspecto das estruturas físicas e humanas, podemos discorrer que este tema foi categórico e crítico entre os pesquisados, em sua maioria para a ausência de ambos. A estrutura física citada se inicia desde rampas de acesso aos ambientes externos e internos quanto às salas de aulas, refeitórios e seus utensílios e lousas, cadeiras e mesas mais adequadas a todos os deficientes em geral.

Quanto ao aspecto humano a necessidade de professores especialistas e cuidadores em geral, é uma reivindicação por todos, tanto os pesquisados quanto aos ambientes em que a pesquisa foi realizada, pois se trata de autonomia dos órgãos competentes em suas esferas políticas e organizacionais, e que não podemos ficar passivos a isso.

De outro modo a participação efetiva e conjunta de outros órgãos de saúde junto a escolas, foi essencialmente citada para uma ação conjunta entre pais e professores, pois a ausência de laudos e diagnósticos precisos sobre as deficiências impedem e restringem a ação efetiva do professor na elaboração da aula e eficiência dos conteúdos aplicados.

Outro aspecto levantado pelos pesquisados, foi à compreensão dos professores quanto às diversidades encontradas não só físicas e intelectuais, mas as de origem social e discriminatórias fazendo com que repensemos a inclusão no âmbito geral para conseguirmos a integração e socialização em sala de aula.

Ao discutirmos este resultado, vimos que Nascimento, (2007) e Rodrigues (2007) ambos observam que as implicações da prática pedagógica na educação física, e os currículos acadêmicos que eram e são utilizado nas grades

curriculares das universidades, já se consegue notar a evolução que a educação física vem sofrendo.

Porém, Nascimento (2007) e Rodrigues (2007) concordam que mesmo com disciplina de atividade física para pessoas com deficiências, fazendo parte do currículo das universidades e facilitando a aquisição do conhecimento, a área da educação física ainda sofre uma defasagem por falta de preparo de profissionais, falta de interesse e até mesmo de falta de conhecimento por parte dos profissionais da área.

Pois a formação de um profissional de educação física tem um papel fundamental para a sua atuação com o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem de seus alunos, pode-se dizer que à formação profissional primeiramente, cabe à universidade, que tem como função criar recursos humanos para o desenvolvimento das atividades profissionais. (NASCIMENTO; RODRIGUES 2007)

Hoje muito se questiona não somente as políticas de organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração das diversidades. Ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos sem exceção devem frequentar às salas de aula do ensino regular, independente de credo, raça, cor ou religião por isso ela implica em uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 1999)

Quanto às estruturas físicas acima mencionadas vemos que todas as escolas brasileiras, públicas e particulares, são obrigadas por lei a fazer as modificações arquitetônicas necessárias para atender os requisitos da acessibilidade, com base na Lei 10.098. O que nos falta é a aplicação e fiscalização dos órgãos competentes quanto ao cumprimento da mesma.

Pergunta 7.

O que fazer para superar a exclusão na Educação Física escolar, dos alunos com deficiência física ou intelectual?

Ao professor da região sudoeste, haveria de ter a mudança na infraestrutura física das escolas, para que exista acesso a todos, materiais diversificados e dirigidos (utensílios específicos), cursos preparatórios específicos, palestras com profissionais especializados que vivenciam a inclusão e a integração no dia a dia, para que possamos trocar experiências.

Ao professor da região noroeste, a capacitação é o caminho, com especialização em conhecimentos amplos, com infra-estrutura física adequada e humana com professores especialistas e cuidadores. E principalmente, que haja na Secretaria de Educação um órgão específico, como uma Diretoria para coordenar com acompanhamento específico, especialistas no desenvolvimento e na capacitação.

Ao professor da região sudeste, ele não acredita que só esta disciplina consiga fazer algo, pois o problema é macro social, e enquanto todas as esferas (saúde, educação, e outras) não trabalharem juntas não conseguiram muitos resultados expressivos.

Ao professor da região Oeste, superar os paradigmas da aptidão física e psicomotora. Compreender a aula de educação física como espaço de produção cultural também relacionada ao movimento, mas não só.

Ao professor da região Metropolitana, são as sugestões que fazem a diferença, mas precisamos de mais reconhecimento, cada aluno incluído deveria ter um acompanhante, cuidador ou professor especialista para que este aluno possa ser mais bem assistido, além de mais capacitação para todos.

Análise do resultado e discussões da sétima resposta.

A partir desta análise, iremos identificar muitas semelhanças nas respostas dos pesquisados, em relação à questão anterior de número seis, pois para eles as dificuldades ou barreiras enfrentadas pelos professores na ação pedagógica de suas aulas refletem diretamente em propostas futuras para se evitar que a exclusão ocorra, promovendo a integração e socialização através de todos.

Pois em geral todos os professores pesquisados relataram que as dificuldades enfrentadas diariamente em suas estruturas de ensino, colaboram muito e negativamente para a inclusão, a estrutura física, a ausência desta estrutura como piso tátil para cegos, rampas de acesso ao invés de degraus, banheiros e sanitários adequados e outras mais citadas podem contribuir muito. Pois é através destes espaços que cadeirantes cegos e outras deficiências se utilizam no seu dia a dia.

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações. (MEC/ SEESP, 2007)

Outro fato também citado pela maioria, a necessidade de uma estrutura humana mais próxima como os cuidadores e especialistas, que são pessoas contratadas pelos órgãos competentes das esferas públicas ou municipais que auxiliam e dão o suporte necessário para que as aulas no seu âmbito geral transcorram da melhor forma possível, os cuidadores permanecem ao lado dos alunos auxiliando-os durante todo o período e somente intervindo quando necessário, ou quando a autonomia do aluno é limitada, os especialistas ou professores especialistas colaboram com o professor na compreensão das diversas deficiências, dando respaldo na elaboração das atividades em aula de

acordo com cada aluno deficiente respeitando seus limites e no planejamento de atividades futuras para a promoção da inclusão, socialização e integração.

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. (MEC/SEESP, 2007)

Para Cidade (2002) a capacitação outrora citada pelos pesquisados se faz muito necessária e indispensável para que a inclusão ocorra, pois é através dela que o professor conhecendo a deficiência e seus limites, pode atuar de forma mais segura, atingindo os objetivos necessários para ação efetiva e pedagógica em aula,

E hoje cursos de extensão e especializações têm sido as ferramentas mais citadas pelos pesquisados. Para isso é importante que o professor tenha os conhecimentos básicos relativos ao seu aluno como: tipo de deficiência, idade em que apareceu a deficiência, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão prejudicadas. Implica, também, que esse professor conheça os diferentes aspectos do desenvolvimento humano: biológico, físico, sensoriais, neurológicos, cognitivo, motor e sua interação social e afetivo-emocional. (CIDADE, 2002.)

Há também a interdisciplinaridade, citada entre as diversas áreas de atuação das esferas pública como a saúde e o serviço social de acompanhamento da família, não somente limitando ao setor de educação esta tarefa, pois essa interação iria nos dar o respaldo necessário para que este aluno se efetivasse realmente nas escolas, facilitando sua inclusão.

A criação de um órgão regulador dentro das secretarias de educação também foi citada, para o pesquisado esta secretaria daria o suporte necessário para escolas, professores e familiares empenhados na inclusão e integração dos

deficientes, atuando não somente no primeiro setor, mas também no segundo e terceiro setor. Sabemos que a inclusão escolar é pauta constante de discussão e estudos, mas a tarefa de incluir os alunos com deficiência em nossas aulas, não basta por si só, e necessário fazer a integração e socialização, e não é somente tarefa da educação, mas de todos. (BRASIL CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Devemos também superar os paradigmas da aptidão física e psicomotora, e compreender a aula de educação física como um grande espaço de produção cultural e de diferentes aspectos, também relacionada ao movimento, não somente de aquisição, mas de compreensão interatividade e superação. Por isso participar de um processo deste tipo, é estar predisposto sobre tudo a considerar e respeitar as diferenças individuais, criando a possibilidade de aprender sobre si mesmo e sobre outro, sobre toda e qualquer situação de diversidade, sejam de idéias sentimentos e ações que somadas, incluem, integram e socializam a tudo e a todos. (CIDADE; FREITAS 2002).

7. CONCLUSÃO

A presente conclusão nos remete a pensarmos que inúmeras pesquisas, ainda podem ser obtidas através do tema inclusão na ação efetiva das aulas de educação física, pois no decorrer deste trabalho se notou que os pesquisados utilizaram uma retórica muito pontual, que denota da crescente necessidade de políticas públicas de melhorias nas estruturas físicas e humanas do ambiente escolar, como fatores relevantes para o êxito no processo de inclusão nas aulas de educação física, por isso, há ainda um enorme campo a se pesquisar sobre o tema, na medida em que ações públicas voltadas à área escolar se realizam.

Analizamos e identificamos logo de início que a inclusão é uma prática de educação voltada para todos, mas para que isso aconteça é necessário que muitos paradigmas sejam transcendidos, é necessário que todos os professores compreendam esta realidade crescente nas aulas de educação física, que a aptidão física e a cultura do movimento são abrangentes para todos, desde que respeitadas às diferenças e limitações de cada aluno, pois nosso ambiente de aula dispõe de uma maior liberdade para organizar os conteúdos que se pretendem ser vivenciados ou aprendidos pelos alunos nas aulas, e somos vistos como professores que desenvolvem mais atitudes positivas perante os alunos, talvez devido aos aspectos expressivos no âmbito cognitivo, motor e afetivo da disciplina. Posso concluir ao identificamos que os professores de educação física apresentam atitudes mais favoráveis à inclusão e com maior facilidade de encontrar soluções para a inclusão em aula, por isso essa atitude positiva e dinâmica.

Compreendemos que houve a evolução das práticas pedagógicas inclusivas nas aulas de Educação Física, quando descritas pelos pesquisados que na sua maioria, muitos foram precursores da inclusão em suas aulas no ambiente escolar, no início de seus trabalhos na carreira como docentes, e que a falta de um conteúdo mais voltado à inclusão, sobre o aspecto disciplinar durante a formação na graduação, foi relevante para a aquisição de práticas inclusiva em

suas aulas, através da literatura atual da época, até os dias de hoje que contam com um acervo literário mais abrangente e específico.

Observamos que o conceito de capacitação para todos os professores é unânime e que se torna uma tarefa difícil e até mesmo improvável que se consiga atuar efetivamente com êxito em seus objetivos de aula, sem que haja cursos de extensão, especialização ou de capacitações básicas direcionadas a compreensão das diferentes deficiências seus principais sintomas, limitações e implicações do exercício físico durante as aulas e seus efeitos.

Também concluímos que muitas ações pedagógicas efetivas de aula, não são realizadas não somente por falta de conhecimentos específicos conceituais, mas pela falta de estruturas físicas e humanas adequada aos deficientes, onde o procedimento de aula em si se torna uma tarefa difícil tanto para professores, quanto para os alunos com deficiência. E as classificamos segundo sua relevância, a seguir como; rampas de acesso para cadeirantes, piso tátil para cegos, pisos mais adequados para quadras e salas de aula, material adequado desde esportivos como bolas e cestos, como utensílios básicos para alimentação e outras tarefas do dia a dia, a ausência do material humano também dificulta as aulas, são eles os cuidadores e professores especialistas que auxiliam o deficiente durante as aulas, dando mais autonomia para o aluno no transcorrer das aulas e suporte para que os professores atuem com mais êxito em suas aulas durante o acompanhamento das atividades dirigidas, e ações interdisciplinares entre os órgãos de saúde e educação. Para que os alunos com deficiência tenham seu diagnóstico e acompanhamento mais atualizados e precisos, dando suporte para que as escolas professores e pais se integrem no processo inclusivo e social de todos.

Ao concluirmos devemos refletir nossas ações futuras no processo de inclusão escolar desde a área humana onde nós professores somos indispensáveis, sendo capacitados e atualizados, ultrapassando as barreiras das estruturas físicas que devem ser sempre transpostas para que haja políticas públicas voltadas para a inclusão de todos os deficientes, também se faz necessário à busca constante de capacitações dos professores, para que alcance uma educação física inclusiva de qualidade para todos sem exclusão.

E essa educação física inclusiva, exige a ação pedagógica de conceitos mais abrangentes e autônomos na superação de limites, que irão superar os paradigmas das barreiras da inclusão, transformando nossas aulas em ambientes de reprodução da cultura do movimento repletos de integração socialização de todos.

É importante destacarmos que apesar dos avanços da educação física em nosso país, ainda há a necessidade de novas políticas públicas, trabalhos com família, modificações nos ambientes educacionais, a garantia de direitos e suas diretrizes englobadas nos sistemas sócios educacionais, que apesar de serem garantidos na Lei, ainda há precariedade e exclusão no ensino em muitas regiões, afinal é através da educação que mudaremos a visão da sociedade, transformando em um novo modelo igualitário para todos independente de sua condição física ou social, mas na construção de uma educação para todos.

Ao descrever esta pesquisa, verificou-se que os pesquisados em sua grande maioria, tiveram uma grande inclinação para o apontamento das necessidades de mais políticas públicas, voltadas as estruturas físicas e humanas para os alunos com deficiência nos ambientes escolares, como fatores relevantes que interferem na atuação do professor de educação física na prática efetiva de suas aulas, devido ao comprometimento e fidelidade com os resultados da pesquisa obtida, todos os dados foram analisados e discutidos sob o referencial teórico e atual de acordo com a literatura vigente.

8. REFERÊNCIAS.

Aguiar, Jose Serapião; Duarte, Edson. *EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA. INCLUSIVE EDUCATION: A STUDY IN THE PHYSICAL EDUCATION FIELD*. Rev. Bras. Ed. Esp, 2005 - SciELO Brasil

Disponível em:

http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista11numero2pdf/v11n2a4.pdf

Acesso em 09 de maio de 2013

ALVES, Marcos Roberto Lipp haus. *EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA: ONDE ESTÁ VOCÊ?* WWW.ASDEF.COM.BR Associações Deficientes e Familiares. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Conselho do Curso de Graduação, como requisito final para Obtenção do título em licenciatura em Educação Física orientador: Prof. MS. Paulo Roberto Brancatti. Presidente Prudente – SP 2005.

Disponível em: <http://www.asdef.com.br/geral/artigos-educacao.shtml> Acesso em 03 de maio de 2013.

Amaral, Lígia Assunção. *PENSAR A DIFERENÇA / DEFICIÊNCIA*. Lígia Assunção Amaral. Brasília: Coordenadoria Nacional para a integração da pessoa portadora de Deficiência, 1994.

Direitos Autorais cedidos a CORDE para publicação.

Azevedo, Ângela celeste Barreto; Malina André. *MEMÓRIA DO CURRÍCULO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL*. Ms. ÂNGELA CELESTE BARRETO DE AZEVEDO Doutoranda em Educação Física – Universidade Gama Filho E-mail: angelacbazevedo@bol.com.br Ms. ANDRÉ MALINA Doutorando em Educação Física – Universidade Gama Filho; Professor Auxiliar – Universidade Estácio de Sá Professor Adjunto – Universidade Católica de Petrópolis E-mail: andremalina@uol.com.br

Disponível em:

<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/viewArticle/231>

Acesso em 09 de maio de 2013.

BRASIL. Decreto 3.956 de 08/10/2001 promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Organização dos Estados Americanos:

Assembléia Geral: Guatemala, 28 de maio de 1999.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm

Acesso em 17 de Abril de 2013.

BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961. Brasília: Diário Oficial da União, DF, 27 dez. 1961.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm
Acesso em 17 de Abril 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.126p. 1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Ensino de primeira à quarta série. I. Título.
Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>
Acesso em 16 de Abril de 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS ENSINO MÉDIO.
Parte I - Bases Legais
Parte II - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.
Parte III - Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.
Parte IV - Ciências Humanas e suas Tecnologias
Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>
Acesso em 16 de Abril de 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.
Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
Acesso em 16 de Abril de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. Saberes e Práticas da Inclusão: Dificuldades de Comunicação e Sinalização: Deficiência Física. Brasília: MEC/SEESP, 2003.
Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=860&catid=192%3Aseesp-esducao-especial&id=12654%3Asaberes-e-praticas-da-inclusao-educacao-infantil&option=com_content&view=article
Acesso em 10 de junho 2013

BRASIL. Portal da Saúde SUS. Ministério da Saúde. Quais são os tipos de deficiência e qual a sua incidência?
Disponível em:
http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=30054
Acesso em 19 de Setembro de 2013.

Brasil. **Lei Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.** Planalto Central. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Regulamento que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.**

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

Acesso em 07 de Outubro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal MEC Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial, A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva.

Brasília: MEC/ SEESP, 2007.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

Acesso em 07 de Outubro de 2013.

Castro, Adriano Monteiro de; Ribeiro, Maria Luisa Sprovieri; Baumel, Roseli Cecilia Rocha de Carvalho. *EDUCAÇÃO ESPECIAL: DO QUERER AO FAZER*. São Paulo: Editora Avercamp, 2003.

CESSD O Centro de Educação Especial Síndrome de Down - CEESD – é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, fundada em 1981 , que atende pessoas com síndrome de Down de ambos os sexos, desde o nascimento até a idade adulta.

Disponível em: <http://www.ceesd.org.br/novo/>

Acesso em 09 de maio de 2013.

CHICON, José Francisco; RODRIGUES; Graciele Massoli. (Org.). *Educação física e os desafios da inclusão*. 2010 - (**Livros, folhetos e folhas solt**). Acervo 125341 Vitória, ES: EDUFES, 2010. 211 p. ISBN 9788577720521 (broch.)

Disponível em:

http://www.acervo.bc.ufes.br/biblioteca/index.php?resolution2=1024_1&tipo_pesquisa=&filtro_bibliotecas=&filtro_obras=&termo=&tipo_obra_selecionados=#posicao_dados_acervo

Acesso em 02 de maio de 2013.

Cidade, Ruth Eugenia Amarante. *Introdução à educação física e ao desporto para pessoas portadoras de deficiências* / Curitiba – Paraná: Editora UFPR, 2002.

Cruz, Gilmar de Carvalho; Vechiatto, Sueli Casteluzzi. *EDUCAÇÃO FÍSICA E PESSOAS COM PARALISIA CEREBRAL: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO*. Revista da Sobama. Dezembro 2004, vol. 9, n.1, PP. 7-14.

Disponível em:

<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/vol9no12004.pdf#page=13>

Acesso em 09 de maio de 2013.

Cruz, Luciana Riemer da; Barreto, Sidirley de Jesus. *A IMPORTÂNCIA DO LAZER NA INCLUSÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA MENTAL NA SOCIEDADE*. Revista Leonardo Pós Órgão de Divulgação Científica e Cultural do ICPG, Vol. 1 n.2 - jan.-jun/2003. ISSN 1518-230x. Curso de especialização em Psicopedagogia.

Darido, Suraya Cristina; et. al. *A EDUCAÇÃO FÍSICA, A FORMAÇÃO DO CIDADÃO E OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS*. Cordenação de Educação Física e Desporto Escolar, 2003.

Disponível em:

<http://www.cief.com.br/arquivoupnuefem/formacao.pdf>

Acesso em 09 de maio de 2013.

Darido, Suraya Cristina . *Educação Física na Escola: Implicações para a Prática Pedagógica*. Coordenação Suraya Cristina Darido, Irene Conceição Andrade Rangel. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

D'Antino, Maria Eloisa Fama. *Contribuições para a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais : estudos interdisciplinares em educação e saúde no município de Barueri, SP / editora Mennom, 2012.*

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha: Salamanca, 1994.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

Acesso em 16 de Abril 2013.

Diário Oficial, Estado de São Paulo, Poder Executivo. **Resolução USP-4.850, de 10-8-2001. Volume 111 - Número 152 - São Paulo, terça-feira, 14 de agosto de 2001.**

Disponível em: <http://www.usp.br/drh/novo/legislacao/doe2001/res4850.html>

Acesso em: 08 de junho de 2013.

França, de Cristiane; Zuchetto, Ângela Terezinha. *COMPORTAMENTO SOCIAL DE PORTADORES DE SINDROME DE DOWN EM CONTEXTO DE ATIVIDADE MOTORA ADAPTADA*. Revista da Sobama. Dezembro 2004, vol. 9, n.1, PP. 15-24.

Disponível em:

<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/vol9no12004.pdf#page=31>

Acesso em 09 de maio de 2013.

Gaio, Roberta. *Para além do corpo deficiente: Histórias de vida* / Roberta Gaio. Jundiaí, São Paulo : Editora Fontoura, 2006.

Gaio, Roberta; Meneghetti, Rosa G Krob. *Caminhos pedagógicos da Educação especial*. – Petropolis, RJ: Vozes, 2004.

Gorla, José Irineu. *Educação Física Adaptada: o passo a passo da avaliação* / José Irineu Gorla – São Paulo: Phorte, 2008. 132p. : Il.

Gorgatti, Márcia Greguol. *EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E INCLUSÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO MOTOR E SOCIAL DE ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL E DAS ATITUDES DOS PROFESSORES*. Tese apresentada à Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação Física

Mantoan, Maria Tereza eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? como fazer?* Maria Tereza Eglér / 2ª edição São Paulo:Moderna 2006.

Mantoan, Maria Tereza eglér. TODAS AS CRIANÇAS SÃO BEM-VINDAS À ESCOLA. Maria Teresa Eglér Mantoan Universidade Estadual de Campinas / Unicamp Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Reabilitação de Pessoas com Deficiência - LEPED/ FE/ Unicamp 1999. Disponível em: <http://www.pro-inclusao.org.br/textos.html>
Acesso em 12 de junho de 2013.

Mantoan, Maria Tereza eglér. *O DIREITO DE SER DIFFERENTE NA ESCOLA*. Maria TERESA Eglér Mantoan. Revista CEJ, V. 8 n. 26 jul./set. 2004.

Disponível em: <http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewArticle/622>

Acesso em 12 de junho de 2013.

Martins, Eliza de Souza. *ACESSIBILIDADE DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA ESCOLA*. Trabalho apresentado como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia da faculdade Católica de Uberlândia. Graduando em Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Católica de Uberlândia. E-mail: elizactps@gmail.com. Disponível em:

<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/19-pedagogia.pdf>

Acesso em 18 de abril de 2013

Matriz Curricular - *CURRICULO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA*. PUC-CAMPINAS 2013.

Disponível em: <http://www.puc-campinas.edu.br/graduacao/cursos/educacao-fisica/matriz-curricular/>

Acesso em 14 de junho de 2013.

MENDES, E. G. *A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil*.

Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, set/dez. 2006.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>

Acesso em 18 de Abril de 2013.

Mendes, Rosângela Aparecida. *LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS*. Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência para obtenção do título de Pós-Graduação – Latus Senso em Libras pela Faculdade de Jaguariúna e Littera Assessoria e Consultoria Pedagógica. Orientador: Profa. Ms. Raquel Gonçalves Octávio.

Nascimento, Patrício Nascimento; Rodrigues, Graciele Massoli, Grillo, Denise Elena; Merida, Marcos. Revista Mackenzie de Educa *A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL INCLUSIVA* Educação Física e Esporte – 2007, 6 (3): 53-58 Universidade Presbiteriana Mackenzie – Brasil. Escola Superior de Educação Física de Jundiaí – Brasil.

Disponível em:

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1225/0>

Acesso em 09 de maio de 2013.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948.

Disponível

em:

http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm

Acesso em: 16 de abril de 2013.

Paulo, freire. *PEDAGOGIA DO OPRIMIDO*. Editora Porto, 1º edição em 1970, Nova Iorque: manuscrito em português de 1968; 1º Edição em português 1974; 23º edição 1994; traduzida para mais de 15 idiomas.

Palla, Ana Claudia; De Castro, Eliane Maurberg. *ATITUDES DE PROFESSORES E ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM RELAÇÃO AO ENSINO DE*

ALUNOS COM DEFICIENCIA EM AMBIENTES INCLUSIVOS. Revista da Sobama. Dezembro 2004, vol. 9, n.1, PP. 25-34.

Disponível em:

<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/vol9no12004.pdf#page=31>

Acesso em 09 de maio de 2013.

RODRIGUES, David António. *A EDUCAÇÃO FÍSICA PERANTE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES CONCEPTUAIS E METODOLÓGICAS*. Revista da Educação Física / UEM. Rio de Janeiro, v. 14, n. 01, 2003.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>

Acesso em 01 de maio de 2013.

Russo, Renata Costa de Toledo. *O imaginário coletivo de estudantes de educação física sobre pessoas com deficiência* / Renata Costa de Toledo Russo. Campinas: PUC-Campinas, 2008. Orientadora: Tânia Maria José Aiello Vaisberg. Tese (doutorado) Pontifícia Universidade Católica de Campinas, centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.

SANTOS, Q. G. D. dos. *Altas Habilidades: possível diálogo entre teoria e prática*. Monografia, Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2011.

Skliar, Carlos. *Educação & exclusão, abordagens sócio-antropológicas em educação especial* / Porto Alegre: Mediação, 1997.

Thomas, Jerry R. *Métodos de Pesquisa em Atividade Física* / Jerry R. Thomas e Jack K. Nelson; trad. Ricardo Petersen... [ET AL.] -3.ed – Porto Alegre: Artmed, 2002.

Vigotski, Luria leontiev. *PSICOLOGIA E PEDAGOGIA*. Editorial Estampa Lisboa, Ltda, 1977.

9. ANEXOS

9.1 Termo de consentimento livre e esclarecido para participação na pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

PROJETO DE PESQUISA: ANÁLISE SUBJETIVA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR.

Responsável: Prof. Dr. Istvan de Abreu Dobranszky.

Pesquisador executante: André Paulo da Silva Mendes.

Eu, _____, RG _____, residente à rua _____, n° _____, do bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, concordo em participar voluntariamente do Trabalho de Conclusão de Curso acima nomeado e detalhado a seguir, desenvolvido na Faculdade de Educação Física da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Tenho conhecimento de que:

- O estudo será realizado no CCHSA, com o objetivo de O objetivo deste trabalho é identificar as propostas dos professores de educação física de Campinas, quanto à prática efetiva da inclusão dos alunos com deficiência física ou intelectual nas aulas.
- Não haverá riscos, de qualquer natureza, para os participantes;
- Será solicitado ao participante que participe de um questionário, semi estruturado.
- Tenha o conhecimento de que poderei solicitar o esclarecimento dos resultados a qualquer momento.
- Os dados obtidos serão utilizados exclusivamente com finalidade científica, mantendo-se o meu anonimato;
- As informações terão caráter confidencial e o estudo zelará pela minha privacidade;
- O estudo será supervisionado pela Dr. Istvan de Abreu Dobranszky, docente da Faculdade de Educação Física da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e os dados serão coletados pelo aluno André Paulo da Silva Mendes da Faculdade de Educação Física;
- Tenho a liberdade de me recusar a participar ou retirar o meu consentimento, em qualquer fase do estudo, mesmo que eu tenha autorizado;
- Não haverá despesas para a participação no estudo;

- Este termo possui duas vias: uma para o pesquisador e uma ficará em meu poder, como sujeito da pesquisa.

Declaro ter lido as informações acima descritas.

Campinas, ____/_____/2013.

Nome do voluntário:_____

Assinatura do voluntário:_____

Em caso de intercorrência, deverei entrar em contato com: Prof. Dr. Istvan de Abreu Dobranszky.

9.2 Questionário semi- estruturado.

Questões disparadoras dissertativas.

1. A inclusão é abordada da mesma forma, desde sua Graduação?
2. O que você relataria de ausência, durante sua formação acadêmica na graduação, que auxiliaria na inclusão em sala de aula, no ambiente escolar?
3. Quais deficiências a Sra. (Sr) encontrou mais dificuldade em trabalhar?
4. Você já vivenciou a inclusão de um/a pessoa com deficiência? Quando? Pode nos contar esta experiência?
5. Atualmente você tem algum aluno com deficiência? Se sim, qual a deficiência?
6. Na história da educação física, os alunos com deficiências têm conquistado cada vez mais o seu espaço. No entanto, os estudos mostram que muitos professores não se sentem preparados para lidar com essa clientela. Você pode nos relatar o que é necessário para realização da inclusão?
7. O que fazer para superar a exclusão na Educação Física escolar, dos alunos com deficiência física ou intelectual?